

# ND



GRUPO ND

## PUBLICIDADE LEGAL

**PUBLIQUE AQUI**

(48) 3212 4127

 (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por  
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.  
A autenticidade deste documento  
pode ser visualizado diretamente no portal  
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



# COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA



O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## RELATÓRIO INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2022

### 1. Mensagem da Administração

Prezados Acionistas;

A Administração da SCGÁS submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022, com relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal.

O ano de 2022 foi de grandes mudanças e novos desafios para a SCGÁS com a abertura do mercado de gás natural, que possibilitou a aquisição de ações pelo novo acionista Commit Gás S.A e a ampliação de fornecedores de gás natural, com a assinatura de contratos de fornecimento com duas novas empresas. Esses aspectos marcaram novos movimentos em relação à visão de futuro da Companhia e na consolidação do seu papel de concessionária de distribuição de gás natural e impulsionadora do desenvolvimento do mercado no estado. A SCGÁS seguiu com seu propósito de contribuir para o bem-estar dos catarinenses por meio do desenvolvimento econômico e socioambiental. As atividades foram direcionadas ao fortalecimento de projetos estratégicos para melhoria de resultados, otimização de processos, inovação tecnológica e atenção às pessoas. Também foram iniciadas ações voltadas à consolidação das iniciativas ligadas aos conceitos ESG (*environmental, social and governance*), vinculadas aos valores e melhores práticas de governança corporativa. No ano, a Companhia investiu R\$ 100,66 milhões, o maior investimento de sua história, em projetos de expansão, saturação e integridade de rede, e atuou para garantir a prestação do serviço de distribuição com segurança e qualidade de atendimento. Encerrou 2022 com 1.434 km em extensão de rede de distribuição de gás natural e atendimento a mais de 23 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular.

Em 2022, a média do volume distribuído alcançou a marca de 1.976.925 m<sup>3</sup>/dia, sendo 10% inferior à registrada em 2021, influenciada, principalmente, pela redução da competitividade nos mercados industrial e veicular devido ao aumento do preço do gás pago aos fornecedores. O volume de gás natural destinado ao mercado urbano teve aumento de 12% em relação a 2021, mostrando oportunidade de ampliação do atendimento ao mercado residencial e comercial. Mantendo os esforços para atingimento das metas corporativas, a SCGÁS registrou novas ligações de clientes em 2022, sendo 12 indústrias, 2 postos GNC, 54 estabelecimentos comerciais e 4.313 unidades residenciais, que escolheram o gás natural para o abastecimento dos seus negócios e residência. Durante todo o ano, ações foram intensificadas pela Companhia para buscar garantia e segurança no fornecimento de gás natural de todos os segmentos que movimentam a economia do Estado.

Em alinhamento ao planejamento estratégico, de acordo com os valores de transparência, ética e respeito, a SCGÁS revisou seu Código de Ética, capacitou seus administradores e todo seu quadro pessoal em temas ligados a ética e *compliance*. Além disso, prestou atendimento sobre ética profissional a seus empregados por meio do comitê interno e manteve canais independentes para atendimento de denúncias e reclamações.

Ao longo dos anos, a Companhia vem atuando para garantir a segurança em seus serviços e a adequação às mudanças do ambiente de negócios, regulatório e legal, destacando-se a preocupação em tratar a segurança da informação e os dados pessoais de colaboradores, clientes e fornecedores com respeito e em conformidade com a legislação, em especial à Lei Geral de Proteção de Dados. Em 2022 foram executadas ações para aplicação das boas práticas que envolvem os preceitos de conformidade, estendendo às atividades com os fluxos de dados pessoais.

A SCGÁS é movida em prol da excelência na prestação de serviços e no crescimento sustentável, de modo a criar valor aos clientes, sociedade e acionistas. Com perspectiva de ampliação das redes de distribuição de gás natural e do atendimento ao mercado, e por meio da construção de relacionamentos sólidos e eficiência nas ações, a Companhia está caminhando para um futuro promissor, de resultados que irão consolidar o desenvolvimento e operação da infraestrutura e serviços de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina.

### 2. Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2022.

#### 2.1 Identificação Geral

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS  
CNPJ: 86.864.543.0001/72  
NIRE: 4230002254-3

Sede: Rua Antônio Luz, 255 – Centro – 88010-410 Florianópolis/SC

Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista Controlador: Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - Celesc

Tipo societário: Anônima

Tipo de capital: Fechado

Abraçagem de atuação: Estado de Santa Catarina

Setor de Atuação: Distribuição de gás canalizado

Diretor de Administração e Finanças: Fábio Augusto Norcio

Auditores Independentes atuais da empresa: BDO RCS Auditores Independentes.

#### Conselho Fiscal

Indicação	Membros	Mandato – 2 anos
CELESC	Fabiane Horongoso	12.11.2021 a 28.04.2023
MITSUI GÁS	Rafael Antonio Bettini Gomes Bruno do Prado Castilho	05.08.2022 a 28.04.2023 até 04.08.2022
COMMIT (GASPETRO até 11.07.2022)	Marcelo Vieira Werneck Paulo Robson Santos Arbués	05.08.2022 a 28.04.2023 até 11.07.2022

#### Conselho de Administração

Indicação	Membros	Mandato – 2 anos
CELESC	Alysson Rocha	01.05.2022 a 30.04.2024
	Adriana de Andrade Solé	até 30.04.2022
	Jorge Luiz Pereira	01.05.2022 a 30.04.2024
	Januario Soares Dolores	até 30.04.2022
	Ricardo Miranda de Miranda Ricardo Miranda de Miranda	01.05.2022 a 30.04.2024 até 30.04.2022
MITSUI GÁS	Vandirleone Vanessa da Rosa	01.05.2022 a 30.04.2024
	Vandirleone Vanessa da Rosa	até 30.04.2022
	Anderson Gil Ramos Bastos Anderson Gil Ramos Bastos	01.05.2022 a 30.04.2024 até 30.04.2022
COMMIT (GASPETRO até 11.07.2022)	Rogério Soares Leite	01.05.2022 a 30.04.2024
	Rogério Soares Leite	25.02.2022 a 30.04.2022
	José Carlos Broisler Oliver Alisson Chen Yi Chien	05.08.2022 a 30.04.2024 até 11.07.2022
INFRAGÁS	Renato Aparecido Fontalva Luzimar Queirolo Thorstensen	05.08.2022 a 30.04.2024 até 11.07.2022
	Antônio Marcos Schroth	30.06.2021 a 30.04.2022
	Luiz Fernando Francalacci Luiz Fernando Francalacci	01.07.2020 a 30.04.2022 até 30.04.2024

#### Comitê de Auditoria Estatutário

Indicação	Membros	Mandato – 2 anos
CELESC	Alexandre de Assis	01.07.2021 a 30.06.2023
MITSUI GÁS	Patricia Bassili de Oliveira Marques Leandro Petsold dos Santos Araujo	20.04.2022 a 30.06.2023 até 19.04.2022
COMMIT (GASPETRO até 11.07.2022)	Pascoal Cunha Gomes Celso da Frota Braga	27.10.2022 a 30.06.2023 até 11.07.2022

#### Diretoria Executiva

Indicação	Membros	Mandato – 2 anos
CELESC	Diretor Presidente William Anderson Lehmkuhl	13.05.2021 a 01.01.2023
MITSUI GÁS	Diretor de Administração e Finanças Fábio Augusto Norcio* Rafael Antonio Bettini Gomes*	01.04.2022 a 01.01.2023 até 31.03.2022
COMMIT (GASPETRO até 11.07.2022)	Diretor Técnico-Comercial Tiago Sacramento Cabral Carlos Eduardo Hermann do Nascimento	08.08.2022 a 01.01.2023 até 11.07.2022

\* Diretor de Logística de Materiais interino



**Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.** – A CELESC está entre as maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *holding* em 2006, possui duas subsidiárias integrais, a Celesc Distribuição e a Celesc Geração, detém o controle acionário da SCGÁS e mantém participações em empresas afins do setor elétrico e da área de infraestrutura. Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina. Destaque para sua subsidiária integral, Celesc Distribuição, responsável pela distribuição de energia elétrica para uma área de concessão que abrange 263 municípios em Santa Catarina e um no Paraná. A empresa ainda atende outros 21 municípios (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná) localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras.

### COMMIT

**Commit Gás S.A.** – A Commit é uma *holding* com participação em distribuidoras de gás canalizado localizadas em diferentes estados do país. A empresa é resultado da combinação de esforços de duas companhias relevantes no mercado de gás, a Compass e a Mitsui, que estão somando as melhores práticas do setor para – com ética, responsabilidade e eficiência – tornar a Commit referência em gestão e inovação na distribuição de gás canalizado, e desenvolver o mercado no longo prazo.



**Mitsui Gás e Energia do Brasil** – A MITSUI GÁS é uma *holding* operacional 100% controlada pela Mitsui & Co. Ltd. e é uma sociedade de responsabilidade limitada, incorporada e operando de acordo com as Leis Brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Está presente no setor de distribuição de gás natural brasileiro como acionista direta em 8 Companhias de Distribuição Local (“CDLs”) e indireta em 11 CDLs através de sua participação de 49% na Commit Gás S.A.



**Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A.** – A INFRAGÁS foi constituída em 13 de dezembro de 1990, com a participação de 111 acionistas - pessoas físicas e jurídicas do setor industrial, dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do Sul do Brasil.

### 2.2 Interesse público subjacente às atividades empresariais

A SCGÁS, concessionária de distribuição de gás canalizado do Estado de Santa Catarina, teve sua constituição autorizada pela Lei Estadual nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993. Seu regime de prestação do serviço foi determinado pela Lei Estadual nº 9.493, de 28 de janeiro de 1994, foi constituída na Assembleia Geral realizada em 25 de fevereiro de 1994 e assinou seu Contrato de Concessão em 28 de março de 1994. O objeto social da Companhia é executar os serviços públicos locais de gás canalizado, com exclusividade de distribuição no Estado de Santa Catarina. A SCGÁS iniciou suas operações no ano 2000, completando, portanto, 22 anos de operação em 2022.

#### Identidade organizacional

##### Negócio

Desenvolver e operar infraestrutura e serviços de distribuição de gás canalizado.

##### Propósito

Contribuir para o bem-estar dos catarinenses por meio do desenvolvimento econômico e socioambiental.

##### Visão 2027

Ser reconhecida pela excelência na prestação de serviços e pelo crescimento sustentável, criando valor para os clientes, sociedade e acionistas.

##### Valores

**Ética e Respeito:** Atuamos com ética, responsabilidade e liberdade de expressão, acreditando nas pessoas, respeitando a diversidade e promovendo o desenvolvimento individual e da organização.

**Segurança:** Trabalhamos com segurança e conformidade para a prevenção e redução de riscos inerentes a processos, à vida e ao patrimônio público-privado.

**Relacionamento:** Valorizamos clientes internos e externos buscando o melhor atendimento às suas necessidades.

**Eficiência:** Buscamos a melhoria contínua das atividades da empresa com inovação.

**Transparência:** Atuamos com integridade e transparência visando conquistar confiança e credibilidade.

**Sustentabilidade:** Levamos bem-estar à Sociedade, com respeito ao meio ambiente, equilíbrio econômico-financeiro e contínua geração de valor.

### 2.3 Área de atuação

A SCGÁS está presente, com rede implantada e através do modal GNC (gás natural comprimido), em 69 município do estado de Santa Catarina, área de concessão dos serviços de distribuição de gás natural.

A estrutura física para atendimento a sociedade é composta pela sede, localizada em Florianópolis e 4 (quatro) bases operacionais localizadas em Joinville, Blumenau, Biguaçu e Criciúma. O almoxarifado central também está localizado em Biguaçu e há um posto avançado no município de Lages, para atendimento a rede local do município.



Figura 1: Área de atuação

### 2.4. Principais destaques

**- Evolução das Vendas:** a SCGÁS registrou volume total distribuído de 1.977 mil m<sup>3</sup>/dia, representando queda de 10%, comparado a 2021, ano que ocorreu a retomada de consumo após período mais crítico da pandemia. A redução do volume ocorreu nos segmentos industrial (9,4%) e veicular (16,4%), decorrente da alta do custo do gás, impactando a competitividade.

**- Ampliação da Carteira de Clientes:** a responsabilidade com a concessão da distribuição de gás natural se manteve em 2022, com aumento de 23,5% de clientes atendidos, passando de 18.634 em 2021 para 23.015 em 2022. Destaca-se o crescimento nos segmentos residencial (24,7%) e comercial (7,7%), devido às expansões de rede de distribuição urbanas e ampliação da oferta de gás natural, principalmente nos municípios de Balneário Camboriú, Florianópolis, Criciúma e Tubarão.

**-Ampliação da Rede de Distribuição:** em 2022 foram investidos R\$ 100,66 milhões, crescimento de 40,64% em relação a 2021, com implantação de 90,6 km de redes de distribuição de gás natural, alcançando uma extensão total de 1.434 km de rede implantada. Ao longo da história da Companhia foram investidos, a valores atuais, aproximadamente R\$ 2,26 bilhões na distribuição de gás canalizado em Santa Catarina.

**-Diversificação do portfólio de fornecedores:** em 2022, a SCGÁS participou da Chamada Pública do Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e contratou capacidade adicional de transporte (capacidade de saída) na zona SC2. Firmou durante o ano de 2022 contratos de suprimentos, oriundo de Consulta Pública realizada em junho de 2022, e da chamada pública de dezembro. As contratações representam o início da diversificação do portfólio de fornecedores e de indexadores, com expectativas de redução do custo de suprimento ao longo dos próximos exercícios.



## COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA

O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021	
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	165.281	27.379		
Contas a receber de clientes	6	130.958	109.204		
Estoques	7	4.779	3.974		
Tributos a recuperar	9	96.417	97.171		
Outras contas a receber		613	641		
Despesas antecipadas	8	2.053	2.011		
Créditos nas Operações de Aquisição de Gás		12.118	-		
		<b>412.219</b>	<b>240.380</b>		
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações financeiras	5	15.786	1.647		
Contas a receber de clientes	6	120.587	198.281		
Tributos diferidos	10	3.525	4.398		
Tributos a recuperar	9	44.497	84.879		
Depósitos judiciais		4.627	2.343		
Outras contas a receber		494	475		
Despesas antecipadas	8	88	128		
Ativos setoriais - gás a compensar	12	99.779	58.648		
<b>Imobilizado</b>	11	3.332	3.499		
<b>Intangível</b>	13	325.615	256.561		
		<b>618.330</b>	<b>610.859</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>1.030.549</b>	<b>851.239</b>		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	201.127	185.167		
Empréstimos e financiamentos	17	18.232	19.864		
Passivo de arrendamento	11	2.742	1.962		
Obrigações sociais e trabalhistas	18	11.933	13.318		
Obrigações tributárias	15	6.481	10.150		
Dividendos a pagar	20.e	25.733	23.173		
Juros sobre capital próprio a pagar	20.e	13.101	15.475		
Participação financeira de clientes		1.369	939		
		<b>280.718</b>	<b>270.048</b>		
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	125.598	75.968		
Passivo de arrendamento	11	1.266	2.459		
Provisão para contingências	19	3.377	3.015		
Cauções em garantia		3.321	2.530		
		<b>133.562</b>	<b>83.972</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Capital social		258.292	210.871		
Reservas de lucros		239.679	173.135		
Dividendos à disposição da A.G.O.		118.298	113.213		
		<b>616.269</b>	<b>497.219</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.030.549</b>	<b>851.239</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida - Venda de gás	21.a	2.472.703	1.586.539
Receita de construção	21.b	100.661	71.574
		<b>2.573.364</b>	<b>1.658.113</b>
Custo dos produtos vendidos	22	(2.192.514)	(1.429.124)
Custo de construção	21.b	(100.661)	(71.574)
		<b>(2.293.175)</b>	<b>(1.500.698)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>280.189</b>	<b>157.415</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas de vendas	24	(9.058)	(7.861)
Despesas administrativas	23	(46.402)	(41.192)
Outras receitas/despesas operacionais	25	(22.319)	89.626
		<b>(77.779)</b>	<b>40.573</b>
<b>Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>202.410</b>	<b>197.988</b>
Receitas financeiras	26	51.777	45.898
Despesas financeiras	26	(12.852)	(8.683)
		<b>38.925</b>	<b>37.215</b>
<b>Lucro líquido operacional antes dos impostos</b>		<b>241.335</b>	<b>235.203</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(70.824)	(50.438)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(873)	(22.037)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>169.638</b>	<b>162.728</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>15,78</b>	<b>15,14</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>I - RECEITAS</b>	<b>3.158.583</b>	<b>2.169.568</b>
Vendas de gás	3.052.200	1.998.492
Outras receitas	106.451	173.076
Perdas estimadas com créditos - Reversão (Constituição)	(68)	(2.000)
<b>II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.824.063)</b>	<b>(1.849.132)</b>
Matérias-primas consumidas	(2.689.818)	(1.759.624)
Demais custos dos produtos vendidos	(16.456)	(11.362)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(117.789)	(78.146)
<b>III - VALOR ADICIONADO BRUTO (I + II)</b>	<b>334.520</b>	<b>320.436</b>
<b>IV - RETENÇÕES</b>	<b>(33.564)</b>	<b>(31.351)</b>
Amortização / depreciação	(33.564)	(31.351)
<b>V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (III + IV)</b>	<b>300.956</b>	<b>289.085</b>
<b>VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>51.776</b>	<b>45.899</b>
Receitas financeiras	51.776	45.899
<b>VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)</b>	<b>352.732</b>	<b>334.984</b>
<b>VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>352.732</b>	<b>334.984</b>
<b>Pessoal:</b>	<b>47.672</b>	<b>42.369</b>
. Remuneração direta	37.412	33.972
. Benefícios	7.628	6.198
. FGTS	2.632	2.199
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>	<b>114.691</b>	<b>115.083</b>
. Federais	82.091	80.763
. Estaduais	32.379	34.117
. Municipais	221	203
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>20.731</b>	<b>14.804</b>
. Juros	12.852	8.683
. Aluguéis	7.879	6.121
<b>Remuneração capitais próprios</b>	<b>169.638</b>	<b>162.728</b>
. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	38.833	38.648
. Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JSCP	2.569	2.731
. Lucros/Prejuízos retidos	128.236	121.349

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>169.638</b>	<b>162.728</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>169.638</b>	<b>162.728</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>169.638</b>	<b>162.728</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>169.638</b>	<b>162.728</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido</b>		
Depreciação de direito de uso	2.364	2.256
Amortização	33.172	30.730
Constituição/(reversão) de provisão para perdas estimadas com créditos	68	2.000
Constituição/(reversão) provisão para contingências passivas	362	(872)
Imposto de renda e contribuição social correntes	70.824	50.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos	873	22.037
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	5.033	3.700
Amortização custos dos empréstimos	6.245	2.104
Juros arrendamento direito de uso	429	448
Atualização de tributos a recuperar	(11.255)	(40.589)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>277.753</b>	<b>234.980</b>
<b>Redução/(aumento) líquido nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	55.873	(78.862)
Tributos a recuperar	42.277	(131.057)
Estoques	(805)	(475)
Ativos setoriais - gás a compensar	(41.132)	(35.381)
Outras contas do ativo	(2.278)	(770)
Crédito nas Operações de Aquisição de Gás	(12.118)	-
<b>(Redução)/aumento líquido nos passivos</b>		
Fornecedores	15.960	82.751
Obrigações tributárias	(6.447)	(128)
Imposto de renda e contribuição social	(60.709)	(50.438)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.175)	2.860
Juros sobre empréstimos	(5.980)	(4.718)
Outras contas do passivo	1.221	1.747
Juros pagos	(381)	(438)
	<b>(15.694)</b>	<b>(214.653)</b>
<b>Caixa líquido (gerado) / consumido das atividades operacionais</b>	<b>262.059</b>	<b>20.327</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	(14.139)	(60)
Adições ao intangível	(100.568)	(75.987)
<b>Caixa gerado / (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(114.707)</b>	<b>(76.047)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio	(47.833)	(21.107)
Captação de arrendamentos	-	11.355
Captação de empréstimos	61.639	-
Pagamento de arrendamentos	(2.658)	(2.437)
Amortização de empréstimos	(20.598)	(15.944)
<b>Caixa gerado / (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(9.450)</b>	<b>(28.133)</b>
<b>(Aumento) /Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>137.902</b>	<b>(83.853)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.379	111.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	165.281	27.379
<b>(Aumento) / Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>137.902</b>	<b>(83.853)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA

O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>167.968</b>	<b>33.594</b>	<b>83.984</b>	<b>42.903</b>	-	<b>50.939</b>	<b>379.388</b>
<b>Aumento de Capital</b>	<b>42.903</b>			<b>(42.903)</b>			-
<b>Constituição de Reservas</b>							-
Reserva de Retenção Lucros				47.421		(47.421)	-
Dividendos adicionais distribuídos						(3.518)	(3.518)
<b>Lucro Líquido de 01/01/2021 a 31/12/2021</b>					162.728		<b>162.728</b>
<b>Destinações</b>							-
Reserva Legal		8.136			(8.136)		-
Juros sobre o capital próprio					(15.475)		(15.475)
Imposto de Renda sobre JSCP					(2.731)		(2.731)
Dividendos mínimos obrigatórios					(23.173)		(23.173)
Dividendos à disposição da AGO					(113.213)	113.213	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>210.871</b>	<b>41.730</b>	<b>83.984</b>	<b>47.421</b>	-	<b>113.213</b>	<b>497.219</b>
<b>Aumento de Capital</b>	<b>47.421</b>			<b>(47.421)</b>			-
<b>Constituição de Reservas</b>							-
Reserva Estatutária			21.452			(21.452)	-
Reserva de Retenção Lucros				84.032		(84.032)	-
Dividendos adicionais distribuídos						(7.729)	(7.729)
<b>Lucro líquido de 01/01/2022 a 31/12/2022</b>					169.638		<b>169.638</b>
<b>Destinações</b>							-
Reserva legal		8.481			(8.481)		-
Juros sobre o capital próprio					(14.557)		(14.557)
Imposto de Renda sobre JSCP					(2.569)		(2.569)
Dividendos mínimos obrigatórios					(25.733)		(25.733)
Dividendos à disposição da AGO					(118.298)	118.298	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>258.292</b>	<b>50.211</b>	<b>105.436</b>	<b>84.032</b>	-	<b>118.298</b>	<b>616.269</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, sociedade de economia mista, foi criada em 25 de fevereiro de 1994 por meio da autorização conferida pela Lei nº 8.999/93. A Companhia possui como objeto a distribuição de gás canalizado, com exclusividade, em todo o estado de Santa Catarina, conforme a Lei nº 9.493/94, que estabelece a concessão desse serviço, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, foi firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARESC é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

A Lei Federal 14.134 de 8 de abril de 2021 (Lei do Gás) estabelece novas condições para o mercado de gás natural, observando as premissas de abertura de mercado, ampliação da concorrência e acesso às infraestruturas de transporte. Nesse contexto, o plano de negócios da Companhia está aderente às previsões legais e regulatórias vigentes.

Em agosto de 2012, a instabilidade no ambiente regulatório motivou a Companhia a suspender a aplicação de uma importante política comercial de descontos, denominada "Plano de Fidelidade", que vigorou por mais de uma década. Entretanto, alguns consumidores contestaram judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, seis clientes ingressaram com ações judiciais, efetuando os pagamentos das faturas com a aplicação dos descontos por meio de depósitos judiciais.

Em 26/01/2022, por meio de Despacho/Decisão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi revogada a liminar concedida a um dos clientes. Na decisão, foi deferida a liberação de 50% dos valores depositados em juízo pelo cliente, os quais foram liberados para pagamento à Companhia na data de 07/02/2022. Em 02/05/2022, por meio de Despacho/Decisão, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina revogou a liminar concedida a outro cliente, determinando a liberação de metade dos valores depositados. Os recursos ingressaram na caixa da Companhia em 09/05/2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de clientes referente ao Plano de Fidelidade totalizou R\$121 milhões (R\$ 198 milhões em dezembro de 2021).

A Companhia em 22 de dezembro de 2021 firmou com o BNDES contrato de financiamento (**Projeto V**), no valor de R\$ 180 milhões, com a finalidade de apoiar o Plano de Investimentos na atividade de distribuição de gás natural durante o período de 2021 a 2023. Em 29 de junho de 2022, ocorreu a captação do montante de R\$62 milhões, referente à liberação da primeira parcela do financiamento pelo BNDES. A amortização da dívida ocorrerá em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2024.

Em 16/12/2021, a SCGÁS firmou com a Petrobras o contrato NMG 22-25, como resultado da Chamada Pública CP22. A Quantidade Diária Contratada (QDC) foi de 1.369.000 m³/dia para 2022, a qual será reduzida, gradualmente, para 890.000 m³/dia até 2025. O contrato possui prazo de 4 anos e preço da molécula indexado ao petróleo tipo "Brent". O contrato se soma ao NMG 20-23, também firmado com a Petrobras, em 20/03/2020, com vigência até 31/12/2023, cuja QDC é de 800.000 m³/dia para os anos de 2022 e de 2023. O Estado de Santa Catarina, por meio da Procuradoria Geral do Estado, ingressou com Ação Civil Pública (nº. 5110261-97.2021.8.24.0023) em 29/12/2021, que culminou com decisão liminar para manter as condições comerciais do contrato NMG 20-23 até abril de 2022. Em cumprimento à decisão liminar, a Petrobras manteve as condições comerciais do contrato NMG 20-23, com QDC de 2.080 mil m³/dia e preço da molécula de 11,6% do preço do petróleo tipo "Brent" até abril de 2022. A Ação Civil Pública, no entanto, foi extinta pelo poder judiciário no final do mês de abril de 2022. Na data de 28/10/2022, a SCGÁS e Petrobras juntamente com a Procuradoria Geral do Estado, firmaram um acordo, equacionando a situação relativa aos valores da diferença de preços entre janeiro e abril.

Em fevereiro de 2022, a SCGÁS participou da Chamada Pública do Transporte, CP03, e, como consequência, irá adquirir capacidade adicional de transporte (capacidade de saída) a partir de 2024. O processo havia sido suspenso temporariamente pela ANP, conforme despacho SIM-ANP nº276, de 24/02/2022, sendo retomado pela ANP em 04/05/2022, em função da proposta da TBG de investimentos em compressão no sistema, repondo a capacidade de transporte, o que permitiu a acomodação das capacidades de SC2 e RS1. Os contratos de transporte foram então assinados em 22/06/2022 contemplando capacidade de saída na zona SC2 de 60 mil m³/dia para 2023, 1.060 mil para 2024, 1.130 para 2025 e 1.469 para 2026.

Em Setembro de 2022 a Companhia firmou dois novos contratos de suprimento, oriundo de Consulta Pública realizada em junho de 2022, sendo um com a GALP Energia do Brasil S/A com volume firme de 10 mil m³/dia até 2027 e um interruptível com a Tradener Ltda com QDC variável entre zero e 630 mil m³/dia. Estes contratos representam movimento pioneiro da SCGÁS na introdução de novos agentes supridores, e evidencia o esforço que vem sendo realizado para reduzir seu custo médio de suprimento.

De outubro a dezembro de 2022, as operações de suprimento interruptível com Tradener e firme Galp, proporcionaram uma redução no custo de suprimento na ordem de R\$ 7 milhões, representando uma redução no custo "mix" em torno de 1,30%.

Em Dezembro de 2022, a SCGÁS firmou novos contratos de suprimento firme, oriundos da Chamada Pública nº03/22. Foram firmados contratos com a Galp, ampliando a QDC para 60 mil m³/dia em 2023 e atingindo 800 mil m³/dia a partir de 2027 até 2032 e com a Petrobras a partir de 2024 com 583 mil m³/dia passando para 800 mil m³/dia a partir de 2026 a 2032. Ainda derivado da CP03 foi firmado pré-contrato com a Compass Comercializadora S.A, visando a negociação de contrato de suprimento para 2024 a 2027. Com essa chamada a SCGÁS assegurou a disponibilidade de molécula e transporte para 2023 e 2024, bem como parte do volume até 2032. As contratações representam o início da diversificação do portfólio de supridores e de indexadores de preços, com expectativas de redução do custo de suprimento ao longo dos próximos exercícios.

Com a efetivação da venda de 51% das ações da Petrobras Gás S.A (Gaspetro) para a Compass Gás e Energia S.A., foi comunicada ao mercado, em 11/07/2022, a alteração da razão social da Gaspetro para Commit Gás S.A. Dessa forma, as transações efetuadas com empresas ligadas ao acionista Gaspetro deixaram de ser classificadas como partes relacionadas.

Em 2022, foram distribuídos pela Companhia 721,58 milhões de metros cúbicos de gás natural, no mesmo período do ano anterior, foram distribuídos 602 milhões de metros cúbicos de gás natural; por meio de nove (9) unidades, denominadas "estações de transferência de custódia - ETC", com extensão de 1.434 km (em dezembro de 2021, a extensão da rede de distribuição era de 1.307 km), sendo 69 municípios atendidos.

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Circulante Líquido – CCL da Companhia estava positivo no valor de R\$ 131,5 milhões (R\$ 29,7 milhões negativos em 31/12/2021). O aumento do CCL que se deve, em grande parte, a captação de recursos decorrentes do financiamento junto ao BNDES relativo ao **Projeto V** e principalmente o recebimento, pela Companhia, de 50% dos valores depositados em juízo por dois clientes integrantes do Plano Fidelidade.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

## a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Diretoria de Administração e Finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 17 de fevereiro de 2023, as quais serão apreciadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Somente as informações relevantes para as demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

## c. Moeda funcional e moeda de apresentação

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de real.

Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Dessa forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 10 – Tributos diferidos;
- Nota Explicativa nº 13 – Intangível;
- Nota Explicativa nº 19 – Provisão para contingências.

## e. Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

## a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização das receitas e confrontação das despesas.

## (i) Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatório o registro das receitas e dos custos de construção.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta, conforme critérios previstos no edital, para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural – RDGN - é reconhecida integralmente como custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Em virtude do descrito acima, a Companhia registra receitas de construção, tendo como contrapartida custos de construção de mesmo valor.

## (ii) Instrumentos financeiros não derivativos

## • Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros;

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) Mensuradas ao custo amortizado;
- (b) Valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) Valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros	Descrição
Caixa e Equivalente de Caixa	Custo amortizado
Contas receber clientes	Custo amortizado
Ativos setoriais - Gás a Compensar - Conta Gráfica	Custo amortizado

## Passivos financeiros

Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Arrendamentos	Custo amortizado

## • Mensuração subsequente;

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:



## COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA



O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

a. Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados conforme modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais em que os termos do contrato deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos de juros do valor principal.

b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.

c. Passivos financeiros: a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para não ser reconhecido ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

• **Redução ao valor recuperável "modelo de perdas de crédito esperadas":** O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas, em que se faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro, registrando-se os efeitos quando houver indicativos de perdas de crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de aumento das perdas estimadas com créditos em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota Explicativa nº 6.

#### • Capital social.

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### (iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2022.

#### (iv) Intangível

##### Contrato de concessão

A Companhia possui com o estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito à infraestrutura construída pela concessionária ao final do contrato. Por meio desse contrato, a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores despendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura) e passíveis de recuperação via tarifa em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis, a Companhia considera, em atendimento às premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) a manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e consequentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Nesse sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência sua aderência ao negócio da Companhia.

#### (v) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a estimativa para perdas.

#### (vi) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$240 mil, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferido e as contribuições sociais corrente e diferida, sendo todos reconhecidos no resultado.

O tributo corrente é reconhecido com base no lucro tributável apurado no período.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referem ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e de contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

#### (vii) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### (viii) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e de transformação e outros custos incorridos para trazê-lo à localização e à condição pretendidas pela Companhia.

#### (ix) Benefícios a empregados

##### • Benefícios de curto prazo a empregados;

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

##### • Planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período durante qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
  - Aposentadoria antecipada;
  - Aposentadoria por invalidez;
  - Pensão por morte;
  - Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.
- O referido plano não inclui:
- Benefícios de demissão;
  - Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões;
  - Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

##### (x) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

##### (xi) Redução ao valor recuperável (impairment)

###### • Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a adequação do valor devido à Companhia sob condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

###### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O modelo utilizado pela Companhia está de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no CPC 48 e a análise das condições que podem identificar mudanças de risco de recebimento é verificada ao menos uma vez ao ano e leva em consideração três variáveis: a) análise de eventos passados; b) condições atuais; e c) previsão de condições econômicas futuras. Portanto, em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, como expediente prático, a Companhia mensura e reconhece no resultado o produto da análise das efetivas perdas ocorridas nos últimos (5) cinco anos, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A Média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicada sobre a carteira de clientes, encontrando-se, assim, o percentual de estimativa de perda a ser utilizado como *Impairment* dos seus ativos financeiros em suas demonstrações contábeis.

###### • Ativos não financeiros.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC - exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

##### (xii) CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece o modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental do CPC 47 consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com esse Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. Nesse sentido, a Companhia reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21a;
- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21b.

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção.

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidência das receitas e dos custos de construção.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que elas representam obrigações de desempenho, as quais deverão ser reconhecidas quando a entrega do gás e/ou o serviço for realizada.

##### (xiii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A SCGÁS, na qualidade de arrendatária, reconhece o ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e o passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos relativos aos contratos de arrendamento. Quanto às despesas relacionadas a esses ativos, a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação e a despesa financeira sobre as obrigações decorrentes dos contratos, tendo como contrapartida o passivo de arrendamento.

Atualmente, a Companhia mantém contratos de arrendamento de imóveis e de veículos. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e podem conter uma ampla variedade de condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

##### (xiv) Ativos e Passivos setoriais - Conta Gráfica

A Resolução da Agência Reguladora ARESC Nº 73, em vigor desde 17 de novembro de 2016, estabeleceu mecanismo de atualização e de recuperação das variações do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina.

Os ativos e passivos setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo do gás estabelecido no contrato de concessão e regulamentado pela Resolução nº 73/16, e o custo do gás efetivamente contemplado na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Por meio desse mecanismo, as variações entre os valores mensais pagos ao supridor e os valores repassados aos usuários nas tarifas são apuradas e formam um saldo a ser repassado periodicamente (pelo menos a cada seis meses).

O saldo acumulado, corrigido pela Selic, é apurado a cada semestre, sendo dividido pelo volume de vendas projetado para o semestre seguinte, constituindo uma parcela de recuperação, positiva ou negativa, que é adicionada/reduzida ao/do custo do gás fixado em tarifa para o semestre seguinte (que é fixado com base na projeção de custo para este semestre no momento da definição do repasse periódico). Adicionalmente, existe a possibilidade de realização de repasse excepcional ou extraordinário desses saldos, desde que ocorram variações significativas no custo do gás que justifiquem a movimentação tarifária.

Assim, essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito, quando o custo realizado é maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando o custo é inferior ao contemplado na tarifa. Conforme disposto ainda na Resolução nº 73/16, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão farão parte do cálculo final da indenização à Companhia.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	25	27
Bancos conta movimento	444	3.781
Aplicações financeiras (i)	164.812	23.571
<b>Total</b>	<b>165.281</b>	<b>27.379</b>

O saldo de bancos conta movimento tem por objetivo, principalmente, o pagamento das faturas de gás natural.

(i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa;

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são remuneradas em bases que variam de 95,9% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI):

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
		97,9% a 99,2%		
Banco do Brasil	CDB do CDI		109.123	14.581
Caixa Econômica Federal	FIC Giro RF DI LP	95,9% a 101,5% do CDI	55.689	8.990
<b>Total</b>			<b>164.812</b>	<b>23.571</b>

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	RF LP			
Caixa Econômica Federal	Tesouro Selic CDB Flex	97,9% do CDI 99% do CDI	15.786	-
<b>Total</b>			<b>15.786</b>	<b>1.647</b>

A aplicação financeira mantida no Banco do Brasil objetiva atender a cláusula do contrato de financiamento com o BNDES (**Projeto V**), sendo que, durante o período de carência, a Companhia deve manter em "Conta Reserva" o valor equivalente a R\$15 milhões. Já durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES.

O saldo da aplicação na Caixa Econômica Federal, em 31/12/2021, refere-se à garantia de financiamento firmado com o **BNDES Projeto III**, que deve assegurar o valor equivalente a três vezes a última amortização mensal, juros e outros encargos decorrentes do financiamento. O saldo referente ao **Projeto III** foi totalmente amortizado em maio de 2022, sendo assim, o saldo dessa aplicação foi zerado no terceiro trimestre de 2022.



## COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA

O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Distribuição de gás canalizado	256.832	312.704
(-) Perdas com créditos esperadas (i)	(5.287)	(5.219)
<b>Total</b>	<b>251.545</b>	<b>307.485</b>
Circulante	130.958	109.204
Não circulante	120.587	198.281

## (i) Perdas com créditos esperadas

As provisões para perdas com créditos esperadas são constituídas em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos. Em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o produto da análise da inadimplência ocorridas nos últimos (2) dois anos, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média dessa análise foi aplicada sobre a carteira de clientes, chegando-se ao percentual de 1,19%, que somado aos valores dos títulos a receber vencidos há mais de 90 dias é o resultado considerado como estimativa de perda reconhecida nas demonstrações contábeis.

Demonstra-se a seguir a movimentação das Perdas Estimadas com créditos:

	2022	2021
Saldos nos inícios dos exercícios	5.219	3.219
Perdas constituídas no exercício	68	2.000
<b>Saldos nos finais dos exercícios</b>	<b>5.287</b>	<b>5.219</b>

## (ii) Plano de Fidelidade

O valor registrado no ativo não circulante, no montante de R\$121 milhões, refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis, em que questionavam a suspensão do plano de fidelidade. Tais clientes obtiveram liminares que concederam o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, o que representa em média um percentual de 12,6% da fatura total.

Em 08/02/2023, por meio do Despacho/Decisão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi deferida a liberação de 50% remanescente dos valores depositados em juízo de um cliente, o qual está em procedimento de liberação para a Companhia.

Os valores depositados pelos clientes em conta judicial, atualizados monetariamente, totalizam, em 31/12/2022, o montante aproximado de R\$165,62 milhões. Entretanto, a administração decidiu não reconhecer qualquer receita financeira dessas contas a receber pelo fato de levar em consideração incertezas de realização do valor total a ser resgatado pela SCGÁS, apesar de se fundamentar em parecer jurídico que aponta probabilidade de remota perda das ações.

Apesar de haver pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a Companhia receba integralmente os valores controversos e não pagos em razão das liminares. Durante os últimos anos, a Companhia assinou renegociação com alguns clientes, os quais retiraram as ações judiciais que moviam contra a Companhia referentes à suspensão do Plano de Fidelidade. Ressalta-se que, com base em parecer jurídico interno, no qual se opina no sentido de ser remota a possibilidade de perda das ações, tais valores não são tratados como inadimplência e, dessa forma, não são objeto de constituição de perdas estimadas.

## 7. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Estoque operação e manutenção	3.148	2.956
Estoque de gás natural	1.631	1.018
<b>Total</b>	<b>4.779</b>	<b>3.974</b>

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	40	239
Assinaturas e anuidades	305	209
Comissões	98	174
Direito de passagem a apropriar (i)	1.187	1.102
Licenças de software a apropriar	482	370
Outros	29	45
<b>Total</b>	<b>2.141</b>	<b>2.139</b>
Circulante	2.053	2.011
Não Circulante	88	128

(i) Devido às características de sua expansão da infraestrutura de gasodutos, a Companhia utiliza a área de faixa de domínio das rodovias federal e estadual e, por questões contratuais, paga aluguel pelo uso desses espaços.

## 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS	9.644	8.036
IRPJ/CSLL antecipados	2.732	10.942
INSS	7	8
ICMS - normal e CIAP	36.706	23.554
Exclusão ICMS BC PIS-COFINS (i)	91.825	139.510
<b>Total</b>	<b>140.914</b>	<b>182.050</b>
Circulante	96.417	97.171
Não Circulante	44.497	84.879

(i) Em 2007, a SCGÁS ajuizou ação de procedimento ordinário, na qual requeria a exclusão dos valores relativos ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a compensação das parcelas recolhidas indevidamente a esse título. Em 11/03/2021, o processo teve seu trânsito em julgado, com decisão favorável à Companhia. Assim, a SCGÁS contratou empresa especializada para levantar o montante a ser recuperado e, em julho de 2021, protocolou pedido de habilitação dos créditos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme procedimento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017 (posteriormente revogada pela Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021). Em 31/08/2021, a SRFB emitiu o Despacho SRFB nº 588/2021, com deferimento favorável. Dessa forma, a Companhia reconheceu o montante de R\$137,2 milhões a título de tributos a recuperar. Os créditos tributários são mensalmente atualizados mediante aplicação da taxa SELIC e estima-se que sejam recuperados, por meio de compensação, até 2024.

A seguir, a discriminação do saldo dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS em 31/12/2022.

Descrição	Valor (em milhares de reais)
Valor original	99.100
Atualização	50.207
Compensação	(57.482)
<b>Total</b>	<b>91.825</b>

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas.

A composição dos tributos diferidos durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências passivas	1.148	1.025
Perdas com créditos estimadas	1.798	1.774
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	-	1.522
Provisão para Aluguel de Faixa de Domínio	410	-
Outras provisões	169	77
<b>Total</b>	<b>3.525</b>	<b>4.398</b>
IRPJ Diferido	2.592	3.221
CSLL Diferida	933	1.177

Segue a movimentação referente aos saldos dos tributos diferidos.

	Imposto de Renda Diferido		Contribuição Social Diferida	
	Ativo Passivo	Ativo Passivo	Ativo Passivo	Ativo Passivo
<b>31 de dezembro de 2021</b>	3.221	-	1.177	-
Provisão para contingências passivas	90	-	33	-
Perdas para créditos com perdas estimadas	18	-	6	-
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	(1.106)	-	(417)	-
Provisão para Aluguel de Faixa de Domínio	302	-	109	-
Outras provisões	67	-	25	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.592</b>	<b>-</b>	<b>933</b>	<b>-</b>

## 11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é composto por direitos de uso relativos a contratos de aluguéis de imóveis e de veículos. Em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), os efeitos sobre as demonstrações contábeis estão apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Bens de Direito de Uso - Arrendamento</b>	<b>3.499</b>	<b>5.278</b>
Saldo inicial	3.499	5.278
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	428	-
Reajuste Aluguel de Edificações - Almoxarifado	-	90
Reajuste Aluguel de Veículos	1.770	387
Depreciação	(2.365)	(2.256)
<b>Total</b>	<b>3.332</b>	<b>3.499</b>
<b>Passivo de Arrendamento</b>	<b>4.421</b>	<b>6.371</b>
Saldo Inicial	4.421	6.371
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	476	-
Reajuste Aluguel de Edificações - Almoxarifado	-	99
Reajuste Aluguel de Veículos	1.770	387
Pagamentos	(3.040)	(2.874)
Juros Incorridos	381	438
<b>Total</b>	<b>4.008</b>	<b>4.421</b>
Circulante	2.742	1.962
Não Circulante	1.266	2.459

Segue abaixo a movimentação ocorrida nos anos de 2021 e 2022:

Descrição	Saldo em 31/12/2020			Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2021
	Adições	Reclassificação*	Devolução estoque				
Terrenos	388	--	--	--	--	--	388
Tubulações	129.646	--	(14)	(51)	66.578	(28.371)	167.788
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.402	2.963	(56)	(83)	2.558	(2.650)	16.134
Sistemas e equipamentos de informática	2.645	51	--	--	--	(452)	2.244
Software	346	3	--	--	--	(52)	298
Sistema de gestão	3.522	185	--	--	--	--	3.707
Equipamentos e móveis administrativos	312	80	(2)	--	--	(61)	329
Benefitorias em imóveis de terceiros	453	24	--	--	--	(71)	406
Intangível a amortizar	59.847	74.632	(221)	145	(69.136)	--	65.267
<b>Total</b>	<b>210.561</b>	<b>77.938</b>	<b>(293)</b>	<b>11</b>	<b>--</b>	<b>(31.657)</b>	<b>256.561</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2021			Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2022
	Adições	Reclassificação	Devolução estoque				
Terrenos	388	--	--	--	--	--	388
Tubulações	167.788	--	(147)	(9)	12.648	(30.579)	149.701
Aparelhos, máquinas e equipamentos	16.134	5.271	(20)	(24)	1.481	(2.782)	20.034
Veículos	--	472	--	--	--	(4)	468
Sistemas e equipamentos de informática	2.244	1.744	--	--	--	(471)	3.518
Software	298	491	--	--	14	(46)	756
Sistema de gestão	3.707	438	--	--	(14)	--	4.131
Equipamentos e móveis administrativos	329	43	--	--	--	(63)	308
Benefitorias em imóveis de terceiros	406	380	--	--	--	(77)	709
Intangível a amortizar	65.267	94.435	(24)	53	(14.129)	--	145.602
<b>Total</b>	<b>256.561</b>	<b>103.274</b>	<b>(191)</b>	<b>(7)</b>	<b>--</b>	<b>(34.022)</b>	<b>325.615</b>

\*Transferências para a conta contábil de alienação em curso no Ativo Realizável a Longo Prazo, as quais serão alocadas ao resultado quando concluído o processo administrativo de venda ou de baixa.

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculada à prestação do serviço especificado no contrato de concessão. A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido, composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida no respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição está intrinsecamente relacionada ao consumo dos benefícios econômicos representados pelo ativo. Em virtude disso e do que está determinado no Contrato de Concessão, para o cálculo da tarifa de distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens de concessão com a taxa de 10% ao ano, sendo essa alocada aos custos dos serviços prestados. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia serão reversíveis ao poder concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido à Companhia. Em virtude da taxa de amortização utilizada, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía valores a receber do poder concedente.

## 14. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedor de gás - Petrobras	187.319	171.201
Fornecedores de materiais e serviços	13.808	13.966
<b>Total</b>	<b>201.127</b>	<b>185.167</b>

Demonstra-se a seguir o montante do saldo de passivo de arrendamento por ano de vencimento:

Ano	Valor (em milhares de reais)
2023	2.742
2024	1.234
2025	32
<b>Total</b>	<b>4.008</b>

## 12. ATIVOS SETORIAIS - GÁS A COMPENSAR

Os ativos e passivos setoriais - conta gráfica - têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função da diferença entre o custo de gás efetivo observado pela Companhia e os contemplados na tarifa, com base nas resoluções emitidas pela ARES.

A seguir demonstra-se a movimentação da conta gráfica:

	2022	2021
Saldos nos inícios dos exercícios	58.648	23.267
(+) Adições	146.430	68.311
(-) Repasses	(105.299)	(32.930)
<b>Saldos nos finais dos exercícios</b>	<b>99.779</b>	<b>58.648</b>

A variação significativa no saldo da conta gráfica decorre da aprovação da Nota Técnica nº 010/2022, por meio da qual a ARES definiu que passará a registrar, no saldo da Conta Gráfica, os valores acumulados referentes às diferenças até então não reconhecidas de Preço de Gás de Ultrapassagem (PGU), Encargo de Capacidade (EC) e Penalidade por Retirada e de programações contratuais, assim como os valores futuros. Além disso, a variação resulta da elevação do custo do gás em decorrência da aplicação do Contrato NMG 22-25, encargo que foi repassado para o saldo a compensar por meio do mecanismo da conta gráfica.

## 13. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor	%	Valor	%
Terrenos	-	388		388	
Tubulações	10%	593.078		580.624	
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	87.465		81.591	
Veículos	10%	472		-	
Sistemas e equipamentos de informática	10%	8.734		6.990	
Software	10%	2.432		1.928	
Sistema de gestão	10%	5.138		4.714	
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.942		1.903	
Benefitorias em imóveis de terceiros	10%	1.508		1.128	
Intangível a amortizar	-	145.602		65.267	
Valor contábil bruto	-	846.759		744.533	
(-) Amortização acumulada	-	(521.144)		(487.972)	
<b>Valor contábil líquido</b>	-	<b>325.615</b>		<b>256.561</b>	

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
ICMS	2.806		4.943			
Tributos sobre a folha de pagamento	2.016		1.806			
Tributos retidos na fonte	1.659		3.401			
<b>Total</b>	<b>6.481</b>		<b>10.150</b>			

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO LÍQUIDO

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Reconciliação do IR/CSLL</b>	<b>241.335</b>	<b>235.204</b>
Lucro antes do imp. de renda e da cont. social	241.335	235.204
<i>Alíquota - %</i>	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal</b>	<b>(82.054)</b>	<b>(79.969)</b>
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>	<b>(71.697)</b>	<b>(72.475)</b>
<b>Adições</b>	<b>(804)</b>	<b>(767)</b>
Despesa com depreciação - CPC 06	(804)	(767)
Despesa financeira - CPC 06	(130)	(149)
Outras despesas indedutíveis e outras adições	(374)	(577)
<b>Exclusões</b>	<b>5.822</b>	<b>6.190</b>
Juros sobre o Capital Próprio	5.822	6.190
Reversão da despesa de aluguel - CPC 06	966	917
Benefícios Fiscais	1.082	1.880
Juros SELIC sobre Indébitos Tributários	3.476	--
Outras Exclusões	319	--
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva</b>	<b>(70.824)</b>	<b>(50.438)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(70.824)	(50.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(873)	(22.037)
<b>Taxa efetiva - %</b>	<b>29,71%</b>	<b>30,81%</b>



COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA



O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao projeto IV referem-se ao contrato assinado em janeiro de 2019, que estabelece a liberação de R\$102 milhões, para fazer face ao Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2016 a 2020. Em agosto de 2019, houve a liberação da primeira parcela, no montante de R\$35,3 milhões. Em setembro de 2020, houve a liberação da segunda parcela, no montante de R\$29,9 milhões, e, em novembro de 2020, a liberação da terceira parcela, de R\$25,3 milhões. Por fim, em novembro de 2021, foi liberada a quarta parcela, no valor de R\$11,6 milhões.

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao Projeto V referem-se ao contrato assinado em dezembro de 2021, que estabelece a abertura de crédito no montante de R\$180 milhões, para subsidiar o Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2021 a 2023. Em 29 de junho de 2022, houve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$64 milhões. Para o recebimento do recurso, a SCGÁS incorreu em custos de transação, no montante de R\$2 milhões.

Os covenants exigidos no contrato do Projeto V estão dentro dos parâmetros exigidos conforme demonstrado a seguir.

Covenants BNDES - Projeto V (IPCA)				
Parâmetro exigido:	Dez/22		Dez/21	
	menor que			
a) Dívida Líquida/EBITDA:	3,00	0,00		0,30
b) Endividamento Geral:	0,70	0,40		0,42

Os saldos dos financiamentos estão discriminados abaixo:

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
BNDES III	2,09% ao ano mais SELIC	16/05/2022	-	-	-	1.123
BNDES III	2,09% ao ano mais TJLP	16/05/2022	-	-	-	1.165
BNDES IV	2,10% ao ano mais SELIC	30/04/2027	43.719	-	-	47.881
BNDES IV	1,95% ao ano mais TJLP	30/04/2027	38.536	-	-	47.071
BNDES V	5,71% ao ano mais IPCA	15/03/2029	64.159	-	-	-
(-) Custo da transação a amortizar			(2.584)	-	-	(1.408)
<b>Total</b>			<b>143.830</b>	<b>95.832</b>		
Circulante			18.232	-	-	19.864
Não Circulante			125.598	-	-	75.968

Para a liberação das parcelas dos Projetos IV e V, a Companhia incorreu em custos com comissões e com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), os quais, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1), devem ser apropriados ao resultado durante o período do contrato considerando-se o método dos juros efetivos. Tal sistemática considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) para apropriação dos encargos financeiros durante a vigência do financiamento.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram apropriados ao resultado **R\$375,60 mil** referentes aos custos de transação do Projeto IV.

As liberações de recursos relativas ao Projeto IV foram subdivididas em dois subcréditos, sendo que o subcrédito "A" tem como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o "B", é indexado à SELIC. Assim, para o cálculo dos custos de transação a serem reconhecidos no resultado foram calculadas duas Taxas Internas de Retorno (TIR). Abaixo, seguem os custos de transação atribuíveis às liberações relativas ao Projeto IV, bem como as TIRs calculadas para cada subcrédito.

Para a liberação das parcelas do Projeto V, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2022, foram apropriados ao resultado **R\$257,36 mil** referentes aos custos de transação do Projeto V.

**a. Custo transação primeira parcela Projeto IV**

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	476	0,6198
URTJLP	495	0,6787

**b. Custo transação segunda parcela Projeto IV**

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	275	0,3959
URTJLP	287	0,5960

**c. Custo transação terceira parcela Projeto IV**

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	233	0,3733
URTJLP	243	0,5580

**d. Custo transação quarta parcela Projeto IV**

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	140	0,4065
URTJLP	142	0,6630

**e. Custo transação primeira parcela Projeto V**

	Custos de Transação	TIR (%)
IPCA	2.096	0,9853

As garantias contratuais relativas ao Projeto IV correspondem a fianças bancárias junto aos Bancos ABC Brasil, Alfa e Safra. O Projeto V é garantido mediante "Conta Reserva", na qual deve ser mantido valor equivalente a R\$15 milhões durante o período de carência. Durante o prazo de amortização da dívida, o valor a ser mantido na conta deve equivaler a três prestações de amortização de principal e de juros vencidos no mês imediatamente anterior ao mês de verificação pelo BNDES (vide nota 5).

As projeções do montante do saldo a pagar ao fim de cada ano dos financiamentos junto ao BNDES\* têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	SELIC	TJLP	IPCA	Total
2022	43.707	38.536	64.159	146.401
2023	38.145	30.026	67.308	135.480
2024	30.380	21.286	60.037	111.703
2025	19.741	12.323	48.209	80.273
2026	5.603	3.121	35.026	43.750
2027	1.444	783	20.426	22.653
2028	-	-	4.297	4.297
2029	-	-	1.444	1.444

\* Encerramento dos contratos em março de 2029.

**18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	459	140
Férias a pagar	4.198	3.847
13º salário a pagar	(28)	15
Honorários a pagar	3.073	3.749
Participação lucros e nos resultados	2.784	4.240
Provisões trabalhistas	1.447	1.327
<b>Total</b>	<b>11.933</b>	<b>13.318</b>

**19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

ASCGÁS é parte em processos judiciais nas áreas cível, trabalhista e tributária. Com base no CPC 25 e na opinião da assessoria jurídica da Companhia, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$3.377 mil em 2022, aumento de 12% se comparado com dezembro de 2021 (R\$3.015 mil). Segue o detalhamento das contingências passivas da Companhia:

Estimativa de perda	Tipo de Causa			Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	
Provável	1.875	1.502	-	3.377
Possível	18.793	1.433	4.202	24.428
Remota	513.108	5.540	-	518.648
<b>Total</b>	<b>533.776</b>	<b>8.475</b>	<b>4.202</b>	<b>546.453</b>

A seguir segue a movimentação da provisão para contingências:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	3.015	3.887
(+) Adições	372	-
(-) Baixas	(10)	(872)
<b>Saldo final</b>	<b>3.377</b>	<b>3.015</b>

As informações e os valores apresentados estão em constante mutação, sendo avaliados a cada decisão judicial proferida ou manifestação de relevância jurídica capaz de provocar alterações no resultado. Os números apresentados no relatório de contingências jurídicas não apresentam relevância jurídica capaz de comprometer minimamente a estabilidade financeira da Companhia. A Companhia possui registrado o montante de R\$4.627 mil em dezembro de 2022, (R\$2.343 mil em 31 de dezembro de 2021) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Companhia está envolvida.

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social possuía o montante de R\$258.292 mil (R\$210.871 em 31 de dezembro de 2021). O capital social subscrito está totalmente integralizado, sendo composto por 10.749.497 ações com valor nominal de R\$24,02831388, das quais 3.583.167 são ordinárias e 7.166.330 são preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2021), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Commit Gás	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
<b>Total</b>	<b>3.583.167</b>	<b>7.166.330</b>	<b>10.749.497</b>	<b>100%</b>

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, obedecendo ao disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação societária brasileira.

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e a Infragás S.A., questionando, dentre outros assuntos, acerca da transferência do controle acionário da Companhia e do acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro apresentado os recursos judiciais cabíveis. Em 2018 os recursos da Mitsui e Gaspetro foram providos, julgando improcedentes os pedidos da inicial do estado e da Celesc. Dessa decisão, o estado de Santa Catarina interpôs recurso especial e extraordinário e a Celesc interpôs recurso especial, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

**b. Reserva legal**

A Reserva é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**c. Reserva de retenção de lucros**

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados à distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

**d. Reserva estatutária**

Em 28 de abril de 2014, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia instituiu a reserva estatutária, destinada à retenção de parcela do lucro não realizada financeiramente em decorrência da ação judicial em curso relativa ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva é limitada ao valor total não realizado financeiramente, líquido dos efeitos fiscais, devendo ser observado, ainda, o limite de 50% do montante do capital social. A realização da reserva ocorrerá quando do trânsito em julgado da referida ação judicial.

**e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado no Passivo o montante de R\$ 25.733 mil (R\$ 23.173 mil em 31 de dezembro de 2021) a título de dividendos mínimos obrigatórios a pagar relativos ao resultado do exercício social de 2022, os quais serão pagos até dezembro de 2023.

AGE de 18/05/2022 autorizou o reconhecimento trimestral dos Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2022 tem-se o montante de R\$ 13.101 mil (R\$ 15.475 em 31 de dezembro de 2021) evidenciado no Passivo relativo aos três últimos trimestres do exercício social de 2022 em conformidade com Ata da AGE supracitada. Os pagamentos dos JSCP, trimestrais, são realizados em 2 parcelas, sendo 15% até o dia 10 do mês subsequente aos créditos e o saldo remanescente, até maio de 2023.

**21. RECEITA**

**a. Receita líquida - Venda de gás**

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	3.052.541	1.998.492
(-) Devoluções de Vendas	(341)	--
(-) ICMS sobre vendas	(344.602)	(245.926)
(-) PIS sobre vendas	(41.900)	(29.616)
(-) COFINS sobre vendas	(192.995)	(136.411)
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.472.703</b>	<b>1.586.539</b>

**b. Receitas e custos de construção**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	100.661	71.574
(-) Custo de Construção	(100.661)	(71.574)
<b>Receita Operacional Líquida de Construção</b>	<b>--</b>	<b>--</b>

**22. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS**

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de Aquisição Gás Natural	(2.127.455)	(1.373.793)
Custo de Pessoal	(10.481)	(9.218)
Serviços de Terceiros	(15.116)	(10.606)
Materiais	(1.220)	(718)
Gerais	(120)	(39)
Direitos de Passagem	(6.922)	(5.655)
Amortização	(31.200)	(29.095)
<b>Total</b>	<b>(2.192.514)</b>	<b>(1.429.124)</b>

**23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(25.651)	(23.573)
Despesas com benefícios	(4.158)	(3.603)
Treinamento	(374)	(385)
Estágios e Menor Aprendiz	(3)	--
Serviços	(6.446)	(5.283)
Aluguéis	(956)	(466)
Despesas com apólices de seguros	(388)	(361)
Materiais de manutenção	(226)	(104)
Viagens e representações	(305)	(96)
Veículos operação	(254)	(153)
Despesas com Depreciação	(2.364)	(2.256)
Despesas gerais	(2.797)	(2.915)
Despesas legais e judiciais	(637)	(88)
Despesas institucionais	(1.843)	(1.908)
<b>Total</b>	<b>(46.402)</b>	<b>(41.192)</b>

**24. DESPESAS DE VENDAS**

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(7.105)	(6.213)
Despesas com benefícios	(1.003)	(979)
Serviços	(813)	(522)
Viagens e representações	(109)	(13)
Despesas gerais	(28)	(133)
<b>Total</b>	<b>(9.058)</b>	<b>(7.861)</b>

**25. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

	31/12/2022	31/12/2021
Penalidade Contratual	(4.819)	620
Tributos e Taxas (i)	(17.604)	(9.089)
Provisão/reversão para contingências jurídicas	(363)	872
Provisão/reversão EPCLD	(424)	(2.008)
Outras receitas/outras despesas (ii)	456	99.231
Ressarcimento de Despesas	415	--
Alienação ou Baixas	20	--
<b>Total</b>	<b>(22.319)</b>	<b>89.626</b>

(i) A Taxa de Regulação cobrada pela ARESC que era 0,5% (conforme Resolução 67/2016), passou para 0,9% (conforme nova Resolução 199/2022), a partir de junho de 2022. Desta forma, foi o valor de maior impacto nesse grupo de contas.

(ii) O valor apresentado em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao reconhecimento dos créditos tributários oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e de COFINS, conforme Nota Explicativa nº 9.

**26. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	20.005	4.329
Juros / Multas de clientes (i)	20.503	895
Receita com Correção Monetária (ii)	9.797	40.589
Outras receitas financeiras	1.472	86
<b>Total</b>	<b>51.777</b>	<b>45.899</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e taxas de financiamentos	(12.184)	(6.810)
Variáveis Monetárias e Cambiais	(381)	(438)
Outras despesas financeiras	(287)	(1.435)
<b>Total</b>	<b>(12.852)</b>	<b>(8.683)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>38.925</b>	<b>37.216</b>

(i) Os recebimentos pela companhia de 50% dos valores depositados em juízo por dois clientes integrantes do Plano Fidelidade foram os principais fatores que contribuíram pelo aumento significativo.

(ii) Valor se refere ao reconhecimento da atualização de tributos a recuperar devido à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e de COFINS, conforme Nota Explicativa nº 9.

**27. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**28. PARTES RELACIONADAS**

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Commit Gás, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

**a. Remuneração - Conselho de administração e diretores**

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e os Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Conselho de administração	316	212
Diretores	1.445	1.224
<b>Total</b>	<b>1.761</b>	<b>1.436</b>

**b. Transações com partes relacionadas**



## COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA



O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## 29. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

## Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

## a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que, em se tratando das contas a receber de clientes, o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

## b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda em exercícios anteriores, devido à instabilidade regulatória, vinha reduzindo a liquidez da Companhia. Os passivos financeiros não derivativos, principalmente, o contrato de fornecimento do Gás Natural junto ao supridor, possui prazo de vencimento médio de 25 dias.

O fluxo de caixa contratual compreende o valor do principal acrescido dos juros estimados. A seguir, demonstram-se os fluxos de caixa relativos aos passivos financeiros da Companhia.

	Saldo	Fluxo	Até 3	4 meses	1 a 3	3 a 5	Acima
	Contábil de caixa	Contábil de caixa	meses	a 1 ano	anos	anos	de 5 anos
Arrendamentos	4.008	4.262	739	2.217	1.306	-	-
Empréstimos e financiamentos	143.830	146.414	2.499	8.426	55.207	59.847	20.426
Fornecedores	201.127	201.127	201.127	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>348.965</b>	<b>351.803</b>	<b>204.365</b>	<b>10.643</b>	<b>56.513</b>	<b>59.847</b>	<b>20.426</b>

## c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, que provocam impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre financiamentos e aplicações financeiras, sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes. O cenário provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado, e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando-se a variação entre as taxas relativas a 31 de dezembro de 2022. Na análise, foi considerada uma variação de 25% e de 50% sobre os índices flutuantes.

Segue análise de sensibilidade quanto aos saldos de financiamentos e de aplicações financeiras.

Índice	Taxa em 31/12/2022 (%)	Cenário pos-sível - Δ 25%	Cenário remo-to - Δ 50%
CDI	13,65	10,24	6,83
SELIC	13,75	17,19	20,63
TJLP	7,37	9,21	11,06
IPCA	5,90	7,38	8,85

Item	Saldo em 31/12/2022	Exposi-ção	Cenário pos-sível - Δ 25%	Cenário remo-to - Δ 50%
<b>Ativo</b>				
Aplicações Financeiras	180.599	CDI	18.489	12.326
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	43.719	SELIC	7.514	9.017
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	38.536	TJLP	3.550	4.260
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	64.159	IPCA	4.732	5.678

## (i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a esse risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor conforme mecanismo previsto na Resolução nº 073/2016 da ARES.

## (ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a esse risco.

## (iii) Risco Regulatório

A Resolução nº 202 da ARES, de 01 de junho de 2022, aprovou a aplicação do valor de R\$ 0,4512 R\$/m³ como margem bruta média de distribuição pela SCGÁS. O valor passou a ser aplicável 30 dias após a publicação da Resolução. Em relação ao mecanismo de repasse da parcela do custo do gás e do transporte às tarifas, a resolução nº 73/16 da ARES vem sendo aplicada periodicamente. Entretanto, existem pontos a serem esclarecidos junto à ARES, conforme revisão proposta na Consulta Pública 022/2021.

Em 25 de março de 2021, a Companhia recebeu a decisão da ARES, por meio do Ofício nº 270/2021, a qual informava que, a partir de março de 2021, os valores referentes à Penalidade por Retirada a Menor, à Penalidade por Retirada a Maior, aos Encargos de Capacidade e ao Preço do Gás de Ultrapassagem não seriam mais contabilizados na Conta Gráfica, apresentando, como justificativa, a falta de previsão Legal. Apesar disso, a SCGÁS manteve discussões junto à ARES, com o objetivo de garantir o repasse desses componentes dos custos do gás às tarifas.

Em 13 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 0494/2022, a ARES informou à Companhia a aprovação da Nota Técnica nº 010/2022, que trata da análise dos custos de compra e vendas de gás da SCGÁS. Ficou definido, na referida Nota, que a ARES passará a registrar, no saldo da Conta Gráfica, os valores acumulados referentes às diferenças até então não reconhecidas de Preço de Gás de Ultrapassagem (PGU), Encargo de Capacidade (EC) e Penalidade por Retirada e de programações contratuais, bem como os valores

futuros. Juntamente com esses custos, ARES irá compensar, no saldo da conta gráfica, os valores (ex-tributos) que foram cobrados pela SCGÁS de seus usuários relativos a multas sobre demanda e demais penalidades de programação que venham a ocorrer.

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas e concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão da suprema corte não apresenta qualquer risco tributário a Companhia, pois a SCGÁS não possuía ou possui ação judicial sobre temas tributários impactados por tal decisão, assim como não adotada qualquer procedimento tributário para reduzir os tributos consoante aos temas impactados ou qualquer outro aplicável em decorrente ao tema “Coisa Julgada”.

Quanto ao tema exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, processo judicial nº 5005415-91.2019.4.04.7200, a companhia teve decisão favorável e seu trânsito em julgado data 11 de março de 2021 e também o tema teve sua modulação dos efeitos pelo STF em maio de 2021. Desta forma, assunto não se aplica a tese da “coisa julgada”.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

## Conselho de Administração

Ricardo M. de Miranda – **Presidente**  
Anderson Gil Ramos Bastos – **Vice Presidente**  
Alysson Rocha – **Conselheiro**  
Antônio Marcos Schroth – **Conselheiro**  
Jorge Luiz Pereira – **Conselheiro**  
José Carlos Broisler Oliver – **Conselheiro**  
Luiz Fernando Francalacci – **Conselheiro**  
Renato Aparecido Fontalva – **Conselheiro**  
Rogério Soares Leite – **Conselheiro**  
Vandirleene Vanessa da Rosa – **Conselheiro**

## Conselho Fiscal

Fabiane Horongoso – **Presidente**  
Marcelo Vieira Werneck – **Conselheiro**  
Rafael Antonio Bettini Gomes – **Conselheiro**

## Diretoria Executiva

Willian Anderson Lehmkuhl  
**Diretor Presidente**

## Fábio Augusto Norcio

**Diretor de Administração e Finanças**  
**Diretor de Logística de Materiais e e**

Tiago Sacramento Cabral  
**Diretor Técnico Comercial**

**Contador Responsável**  
Jucimar Coronetti  
**CRC/SC 026.296/O-4**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e acionistas da

**Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS**

Florianópolis - SC

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

## Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formatação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SC 000202/F-1

Paulo Sérgio Tufani  
Contador  
CRC 1 SP 124504/O-9 – S - SC



# COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA



O Relatório detalhado está disponível em [www.scgas.com.br](http://www.scgas.com.br)

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, analisou a proposta de aumento do Capital Social mediante integralização da Reserva de Retenção de Lucros remanescente do exercício social de 2021, bem como a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2023, o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, Resultados Abrangentes, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 17 de fevereiro de 2023. Foram verificadas as seguintes propostas, encaminhadas pela Administração da Companhia, conforme ata da 264ª Reunião do Conselho de Administração, à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral: sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 169.637.823,94 (cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), em conformidade com o disposto nos artigos 192, 193, 202 e 203 da Lei 6.404/76: a) constituição da Reserva Legal no montante de R\$ 8.481.891,20 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos), conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; b) distribuição de 25% do Lucro Líquido, no montante de R\$ 40.288.983,19 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e dezenove centavos), conforme disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sendo: b.i) R\$ 14.556.285,21 (quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos) a título de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, já líquidos do IRRF e declarados no Balanço Patrimonial,

conforme deliberação da AGE de 18/05/2022; e b.ii) R\$ 25.732.697,98 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos) a título de dividendo mínimo obrigatório, já declarados no balanço patrimonial, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social, a serem pagos até o mês de dezembro de 2023; c) destinação de R\$ 118.298.193,34 (cento e dezoito milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e noventa e três reais e trinta e quatro centavos) referentes aos dividendos à disposição da AGO, da seguinte maneira: c.i) R\$ 16.115.593,27 (dezesseis milhões, cento e quinze mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), como dividendos adicionais a serem pagos até o mês de dezembro de 2023; c.ii) R\$ 2.123.720,54 (dois milhões, cento e vinte e três mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos) que não se realizaram financeiramente em 2022, para a Reserva Estatutária constituída por conta do questionamento judicial de clientes acerca da suspensão do Plano de Fidelidade; e, c.iii) R\$ 100.058.879,53 (cem milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos) como Reserva de Retenção de Lucros, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei 6.404/76 e com o previsto no Orçamento de Capital, destinados à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural. Pelo fato de o saldo das reservas de lucros estar próximo ao limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Art. 199 da Lei nº 6.404/76, a Administração propõe ainda, previamente à constituição da reserva proposta no item c.iii), o aumento do capital social, a ser deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, por meio da integralização da reserva de retenção de lucros remanescente do exercício de 2021, aprovada na AGOE de 27/04/2022, no montante de R\$ 84.031.784,01 (oitenta e quatro milhões, trinta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e um cen-

tavo), sem modificação do número de ações, alterando a expressão monetária disposta no artigo 6º do Estatuto Social, sendo que o valor do lote passará de R\$ 24,02831388 para R\$ 31,8455897974. Considerando os trabalhos de acompanhamento desenvolvidos pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, as informações prestadas pelos integrantes da Administração e a opinião expressa no relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, assegurando que as referidas Demonstrações Contábeis apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal emite parecer favorável sobre a proposta de aumento do Capital Social mediante integralização da Reserva de Retenção de Lucros remanescente do exercício social de 2021, a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2023, o Relatório Integrado da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a proposta de destinação do Resultado do exercício de 2022, que estão sendo submetidas à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral.

Florianópolis, 24 de março de 2023.

**Fabiane Horongoso**  
Presidente do Conselho

**Marcelo Vieira Werneck**  
Conselheiro

**Rafael Antonio Bettini Gomes**  
Conselheiro

## MPC Serviços Energéticos 1A S.A.

CNPJ 36.424.959/0001-00

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Balanço patrimonial		Passivo e patrimônio líquido		Demonstração do fluxo de caixa	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>		<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>Das atividades operacionais</b>	
<b>Ativo circulante</b>	<b>3.828.055</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>2.315.430</b>	Lucro/(Prejuízo) antes da provisão para o IR e CS	77.516
Caixa e equivalentes de caixa	3.145.768	Fornecedores	58.710	<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>	(747.894)
Impostos e contribuições a recuperar	23.153	Obrigações tributárias	6.423	<b>Decréscimo/(acréscimo) em ativos</b>	
Adiantamentos a fornecedores	27.759	Contas a pagar	2.250.297	Impostos a recuperar	1.598
Despesas antecipadas	12.945	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>30.308.009</b>	Despesas antecipadas	(2.830)
Outras contas a receber	618.430	Capital social	31.074.149	Adiantamentos a fornecedores	42.202
		Prejuízos acumulados	(766.140)	Outras contas a receber	(586.413)
<b>Ativo não circulante</b>	<b>28.795.384</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>32.623.439</b>	<b>(Decréscimo)/acréscimo em passivos</b>	
Imobilizado líquido	28.795.384	<b>Demonstração do resultado</b>	<b>2022</b>	Fornecedores	(517.917)
<b>Total do ativo</b>	<b>32.623.439</b>	<b>2021</b>	<b>2021</b>	Obrigações tributárias	(10.814)
		<b>Recursos/(despesas) operacionais:</b>		Contas a pagar e outros débitos	2.250.297
		Despesas administrativas, comerciais e gerais	(347.996)	<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das/ (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>1.253.639</b>
		Outros recursos/(despesas)	20.165	IR e CS pagos no período	(13.056)
		<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(327.831)</b>	<b>Das atividades de investimento</b>	
		Despesas financeiras	(60.451)	Aquisição de imobilizado	(1.126.991)
		Receitas financeiras	465.798	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.126.991)</b>
		<b>Resultado financeiro</b>	<b>405.347</b>	<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>	
		<b>Lucro/(Prejuízo) antes da provisão para o IR e CS</b>	<b>77.516</b>	Integralização de capital social	4.230.924
		IR e CS sobre o lucro	(13.056)	Partes relacionadas	(3.021)
		<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>64.460</b>	<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas</b>	<b>4.227.903</b>
		<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>2022</b>	<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>113.592</b>
		<b>2021</b>	<b>2021</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	
		<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>64.460</b>	No início do exercício	3.032.176
		Outras movimentações	-	No fim do exercício	3.145.768
		<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>64.460</b>	<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>113.592</b>
				<b>3.032.176</b>	
				<b>Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021:</b>	
				As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações com ressalva foi emitido em 21 de fevereiro de 2022 com limitação sobre a documentação suporte do reconhecimento de despesas com desenvolvimento de projetos com empresa ligada no montante de R\$ 490.440 mil. Este assunto não ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas - CPC PME (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Aos Administradores e Acionistas da MPC Serviços Energéticos 1A S.A. São Paulo - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da MPC Serviços Energéticos 1A S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MPC Serviços Energéticos 1A S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas - CPC PME (R1). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Limitação de escopo - Reconhecimento de obrigação a pagar e receitas financeiras:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 e nº 10, a Companhia reconheceu uma obrigação a pagar no valor total de R\$ 2.250.297 em seu passivo circulante e receita financeira sobre variação cambial no montante de R\$265.945 no resultado do exercício. Até a conclusão de nossos exames não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre a documentação suporte e contrato pactuado entre as partes desta obrigação a pagar. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar a adequação do referido passivo circulante, a existência de eventuais distorções e divulgação da obrigação pactuada com terceiro e os efeitos de variação cambial reconhecidos no resultado do exercício, os quais, se existentes, poderiam afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - fase pré-operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 12 de fevereiro de 2020 e encontra-se em fase pré-operacional. Até que a Companhia inicie suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela depende substancialmente do suporte financeiro de seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto.

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2023

**RSM**  
RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples  
CRC 2SP-030.002/O-7  
**Roberto Henrique Santini**  
Contador CRC 1SP-247.963/O-5

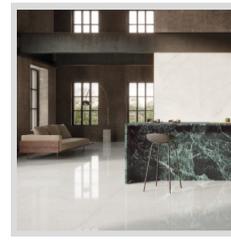
As Notas Explicativas encontram-se em posse dos Administradores da Companhia e à disposição dos Acionistas

# Portobello Grupo

## PBG S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 83.475.913/0001-91

www.portobello.com.br



## Demonstrações FINANCEIRAS | 2022

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>	<b>895.649</b>	<b>700.143</b>	<b>1.103.098</b>	<b>906.131</b>	<b>Circulante</b>	<b>701.770</b>	<b>585.607</b>	<b>945.107</b>	<b>714.127</b>
Caixa e equivalentes de caixa	176.995	125.516	256.088	189.718	Fornecedores, e Cessão de crédito	378.167	322.176	460.832	365.652
Contas a receber de clientes	282.273	296.195	314.507	375.624	Empréstimos e financiamentos	165.903	98.115	165.903	98.115
Estoques	377.211	233.108	455.038	285.364	Obrigações sociais e trabalhistas	51.074	49.780	64.557	58.991
Tributos a recuperar	35.786	26.662	37.533	27.454	Impostos, taxas e contribuições	22.031	21.553	27.877	24.205
Outros ativos	23.384	18.662	39.932	27.971	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	124	3.021	3.865
<b>Não circulante</b>	<b>1.271.693</b>	<b>1.267.450</b>	<b>1.376.672</b>	<b>1.251.216</b>	Outros passivos	84.595	93.859	222.917	163.299
Realizável a longo prazo	526.172	631.718	374.990	536.077	<b>Não circulante</b>	<b>998.356</b>	<b>1.025.850</b>	<b>1.067.419</b>	<b>1.087.063</b>
Investimentos	116.938	64.495	348	348	Empréstimos e financiamentos	717.668	664.277	717.668	664.277
Imobilizado	562.091	528.310	771.230	614.458	Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	75.073	77.506	88.369	89.014
Intangível	31.047	22.324	42.377	40.262	Obrigações de arrendamento	21.592	15.383	51.354	45.397
Ativo Arrendamento	35.445	20.603	187.727	60.071	Outros passivos	184.023	268.684	210.028	288.375
					<b>Patrimônio líquido atribuído a controladores</b>	<b>467.216</b>	<b>356.136</b>	<b>467.216</b>	<b>356.136</b>
					Capital social realizado	250.000	250.000	250.000	250.000
					Ações em tesouraria	-	(91.351)	-	(91.351)
					Reserva de lucros	225.696	236.608	225.696	236.608
					Ajuste de avaliação patrimonial	(38.095)	(42.610)	(38.095)	(42.610)
					Dividendos adicionais	29.615	3.489	29.615	3.489
					<b>Particip. não controladores</b>			<b>28</b>	<b>21</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.167.342</b>	<b>1.967.593</b>	<b>2.479.770</b>	<b>2.157.347</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.167.342</b>	<b>1.967.593</b>	<b>2.479.770</b>	<b>2.157.347</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total PL Controladora	Participação de não controladores	Total PL Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>200.000</b>	<b>(14.095)</b>	<b>281.388</b>	<b>(50.125)</b>	<b>-</b>	<b>417.168</b>	<b>16</b>	<b>417.184</b>
Aumento de capital social	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-	-
Compra e cancelamento de ações em tesouraria	-	(77.256)	(76.459)	-	-	(153.715)	-	(153.715)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	216.173	216.173	49	216.222
Operações de Hedge accounting	-	-	-	1.633	-	1.633	-	1.633
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	1.863	-	1.863	-	1.863
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	5.203	-	5.203	-	5.203
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.184)	1.184	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(32.996)	-	(99.193)	(132.189)	(44)	(132.233)
Constituição de reservas de lucros	-	-	118.164	-	(118.164)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>250.000</b>	<b>(91.351)</b>	<b>240.097</b>	<b>(42.610)</b>	<b>-</b>	<b>356.136</b>	<b>21</b>	<b>356.157</b>
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra e cancelamento de ações em tesouraria	-	91.351	(91.351)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	153.098	153.098	7	153.105
Operações de Hedge accounting	-	-	-	2.597	-	2.597	-	2.597
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	(3.071)	-	(3.071)	-	(3.071)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	4.860	-	4.860	-	4.860
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	129	(129)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(3.489)	-	(43.442)	(46.931)	-	(46.931)
Constituição de reservas de lucros	-	-	110.054	-	(109.527)	527	-	527
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>250.000</b>	<b>-</b>	<b>255.311</b>	<b>(38.095)</b>	<b>-</b>	<b>467.216</b>	<b>28</b>	<b>467.244</b>

### PORTOBELLO GRUPO FINALIZA O ANO DE 2022 COM MELHORES RESULTADOS HISTÓRICOS:

RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 2,2 BILHÕES COM CRESCIMENTO DE 15%, EBITDA DE R\$ 386 MILHÕES E ALAVANCAGEM FINANCEIRA DE 1,6X

Tijucas, 28 de março de 2023. O PBG S.A. (B3: PTBL3), maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, anuncia o resultado do quarto trimestre de 2022. As informações apresentadas neste documento são baseadas nas Informações Financeiras Trimestrais consolidadas do PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). **Destaque 4T22 e 2022: • Receita Líquida de R\$ 2,2 bilhões no ano, representando um crescimento de 14,9% comparado a 2021.** Destaque para a UN Portobello Shop e os canais de Engenharia e Exportação da UN Portobello. • **O Lucro Bruto Ajustado e Recorrente cresceu 14,3% no ano em relação a 2021, com margem mantida no patamar de 43%, apesar da margem menor no 4T22.** • Em 2022 o **EBITDA Ajustado e Recorrente alcançou R\$ 386 milhões**, com crescimento de 5,8%. No 4T22 este resultado foi de R\$ 60,6 milhões. **A Margem EBITDA Ajustada e Recorrente foi de 17,6% no ano e 12,3% no trimestre.** • As Despesas Operacionais tiveram aumento de 17,3%, ou R\$ 92,9 milhões, entre 2021 e 2022. 92,0% deste incremento foram destinados aos projetos estrategicamente prioritários, do Varejo Integrado (Portobello Shop) e da Portobello América. • **Lucro Líquido Ajustado e Recorrente de R\$ 137 milhões em 2022**, -26,9% abaixo de 2021. • Investimento em Capital de Giro foi de R\$ 318 milhões, aumento de 17,6% vs. 4T21. O Ciclo de Conversão de Caixa foi de 57 dias no 4T22 vs. 32 dias no 4T21, aumento de 25 dias em decorrência de aumento nos estoques, compensado parcialmente pela melhoria no prazo de recebíveis. • **Endividamento Líquido de R\$ 630 milhões no 4T22. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente se manteve próximo do menor patamar histórico**, atingindo **1,6 vez no 4T22**, refletindo os bons patamares de resultado operacional e eficiência na gestão de caixa. • **As ações PTBL3 encerraram o 4T22 cotadas a R\$ 8,23.**

### DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS

A Unidade de Negócios ("UN") Portobello representa hoje a maior operação do grupo. Sua característica multicameral tem sido muito assertiva, uma vez que não há dependência de um único segmento, podendo concentrar esforços de vendas em mercados mais aquecidos e com maior rentabilidade. Adicionalmente, o avanço na qualificação do mix de produtos, em especial com o crescimento nas vendas de lastras e grandes formatos, produzidos na planta de Tijucas-SC, e a flexibilização dos preços ao longo do ano possibilitaram trabalhar com produtos de maior valor agregado e melhor rentabilidade, além de permitir o repasse dos aumentos de custos observados no período. Estes fatores aliados a boa gestão resultaram em boa performance, principalmente nas operações de Exportação, e Engenharia. Em 2022 a UN Portobello apresentou crescimento de 13%, atingindo uma Receita Líquida de R\$ 1 bilhão, sustentando as margens em bons patamares. A Margem Bruta no ano foi de 43,6%, refletindo a manutenção dos preços e qualificação do mix de produtos frente à pressão inflacionária observada no período. Portobello segue tendo como prioridade a melhoria contínua nos níveis de serviço, a eficiência no balanceamento dos níveis de estoque e atendimento da demanda, além do avanço na implantação de ações de ESG. A Portobello Shop, que conta atualmente com 145 lojas em funcionamento no país, sendo 25 unidades próprias e 120 franquias, inaugurou 13 novas lojas em 2022, sendo 4 no 4T22. A UN encerrou o ano com Receita Líquida de R\$ 814 milhões, um crescimento expressivo de 28,6% vs. ano anterior. A performance das lojas próprias, que passou a consolidar os resultados das lojas adquiridas, apresentou incremento de 62,7% na Receita Líquida no ano, passando a representar uma participação de 41,4% no total da UN. Adicionalmente, a Margem Bruta da Portobello Shop também apresentou crescimento, atingindo 46,3% no ano (43,9% no 4T22), principalmente em função do crescimento da participação de lojas próprias, que apresenta rentabilidade superior ao absorver sinergias da cadeia integrada. Os bons resultados operacionais, aliados à estratégia de expansão da Portobello Shop, reforçam a performance positiva comparada ao mercado que, segundo o ICVA (Índice Cielo do Varejo Ampliado), que mede o setor de varejo de materiais de construção no Brasil, apresentou retração nominal de -2,4% em 2022 vs. 2021. A Pointer, marca de design democrático do Grupo, posicionada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, foi bastante impactada pelo arrefecimento da demanda no mercado de revestimentos cerâmicos, que tem sido mais acentuado nestas regiões. Foi no ano bastante atípico até do ponto de vista de sazonalidade, pois historicamente o segundo semestre

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de venda	1.760.351	1.582.032	2.196.681	1.912.127
Custo dos produtos vendidos	(1.147.595)	(1.018.637)	(1.251.067)	(1.085.039)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>612.756</b>	<b>563.395</b>	<b>945.614</b>	<b>827.088</b>
Despesas com vendas	(311.691)	(275.434)	(533.989)	(421.287)
Despesas com gerais e administrativas	(86.097)	(67.489)	(90.165)	(68.980)
Outras despesas	6.287	(30.425)	(7.215)	(48.080)
Resultado de equivalência patrimonial	37.185	75.549	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>258.440</b>	<b>265.596</b>	<b>314.245</b>	<b>288.741</b>
Resultado financeiro líquido	(92.161)	(55.941)	(109.661)	(59.232)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>166.279</b>	<b>209.655</b>	<b>204.584</b>	<b>229.509</b>
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(13.181)	6.518	(51.479)	(13.287)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>153.098</b>	<b>216.173</b>	<b>153.105</b>	<b>216.222</b>
<b>Lucro básico e diluído do exercício por ação - R\$</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,0859</b>	<b>1,4644</b>

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	153.098	216.173	153.105	216.222
Resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	1.789	7.066	1.789	7.066
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para o resultado	2.597	1.633	2.597	1.633
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>157.484</b>	<b>224.872</b>	<b>157.491</b>	<b>224.921</b>

### DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido das atividades operacionais	109.215	136.453	227.015	288.101
Caixa líquido das atividades de investimento	(119.178)	40.408	(205.972)	(114.931)
Caixa líquido das atividades de financiamento	61.442	(297.124)	45.327	(309.777)
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>51.479</b>	<b>(120.263)</b>	<b>66.370</b>	<b>(136.607)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	125.516	245.779	189.718	326.325
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>176.995</b>	<b>125.516</b>	<b>256.088</b>	<b>189.718</b>

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	2.205.170	1.985.200	2.701.826	2.349.421
Insumos adquiridos de terceiros	(1.070.415)	(975.145)	(1.252.107)	(1.090.011)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.134.755</b>	<b>1.010.055</b>	<b>1.449.719</b>	<b>1.259.410</b>
Depreciação e amortização	(61.113)	(53.066)	(91.969)	(72.216)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.073.642</b>	<b>956.989</b>	<b>1.357.750</b>	<b>1.187.194</b>
Valor adicionado recebido em transferência	60.570	111.634	27.430	36.964
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.134.212</b>	<b>1.068.623</b>	<b>1.385.180</b>	<b>1.224.158</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.134.212</b>	<b>1.068.623</b>	<b>1.385.180</b>	<b>1.224.158</b>
Pessoal	344.606	319.299	459.904	394.298
Impostos, taxas e contribuições	495.244	421.446	605.337	488.208
Remuneração de capitais de terceiros	141.810	111.705	166.834	125.430
Remuneração de capitais próprios	153.098	216.173	153.105	216.222

possui uma demanda mais aquecida, muito puxado pelos resultados do terceiro trimestre. Porém, em decorrência dos cenários de extrema incerteza política e econômica no país, a demanda que já vinha em desaceleração permaneceu em baixa. Estes fatores fizeram com que os canais de *revenda/home centers* apresentassem queda nas vendas ao longo de 2022. Como resultado deste cenário, a Pointer obteve em 2022 uma Receita Líquida de R\$ 225 milhões e Margem Bruta de 32,0%. Comparado ao ano anterior a Margem Bruta apresentou queda, grande parte em função da estratégia de precificação em campanhas comerciais que visaram a diminuição de estoques e otimização do nível de produtividade. Apesar do cenário adverso e dos resultados de vendas abaixo do esperado, a Pointer entrega boa rentabilidade, com Margem EBITDA de 18,5%, impulsionado pelo fortalecimento do canal de engenharia, o que vem demonstrando recuperação do mercado local. A Portobello América implementou ao longo do ano uma estratégia de ganho de escala e construção de demanda e, apesar da conjuntura adversa de mercado no país norte-americano, segue apresentando crescimento. No ano, a Receita Líquida atingiu R\$ 233 milhões, um crescimento de 32,9% vs. 2021, com destaque para a operação de distribuição local. A UN apresentou Margem Bruta de 23,5% no período. A Portobello América segue realizando a gestão da demanda, combinando a rentabilidade ao planejamento para ganho de escala, necessário para a ocupação da capacidade da fábrica nos Estados Unidos. Este processo de reajuste de preços compensou os impactos do aumento dos custos de produção, em Reais, além do expressivo aumento nos custos dos fretes internacionais, que vinha sendo observado desde 2021. Estes fatores de pressão de custo serão minimizados quando a produção local da Unidade iniciar, em 2023. Ao longo do ano, a Portobello América avançou no projeto da nova fábrica que está sendo construída em Baxter, no estado do Tennessee, nos Estados Unidos. A planta deverá entrar em operação ainda no primeiro semestre de 2023 e na primeira fase do projeto terá capacidade anual de produção de aproximadamente 3,6 milhões de metros quadrados. Esta produção, aliada à consolidação da Portobello América no mercado norte-americano, será um importante marco estratégico para a Companhia.

### PERSPECTIVAS 2023 E 1T23

• A expectativa da Companhia é de um mercado mais desafiador, mas que deve apresentar normalização ao longo do ano, além de observar maior resiliência do mercado *premium* de materiais de construção/acabamento, com boas oportunidades de crescimento de receita da Companhia vs. 2022 através da estratégia de gestão de canais, expansão internacional, varejo, inovação e qualificação do mix de produtos. • O canal de Engenharia deve manter seu bom nível de demanda em 2023, fruto dos lançamentos realizados nos últimos anos, cujas obras ainda estão em andamento. • As exportações de todo Grupo também devem sustentar seu bom desempenho, com potenciais incrementos de vendas gerados pelas ações em curso. • A Companhia espera apresentar crescimento real na Receita Líquida de 2023 alicerçada pela maior participação do Varejo Especializado, da Engenharia e das Exportações, não apenas nos Estados Unidos, mas de forma Global, com destaque para América Latina e Ásia.

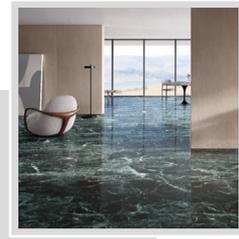
continua →

## Portobello Grupo

PBG S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 83.475.913/0001-91

www.portobello.com.br

Demonstrações  
FINANCEIRAS 2022

★ continuação

PORTOBELLO GRUPO FINALIZA O ANO DE 2022 COM MELHORES RESULTADOS HISTÓRICOS:  
RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 2,2 BILHÕES COM CRESCIMENTO DE 15%, EBITDA DE R\$ 386 MILHÕES E ALAVANAGEM FINANCEIRA DE 1,6X

• O início das operações da fábrica da Portobello America, previsto para maior de 2023, irá melhorar consideravelmente o resultado desta Unidade de Negócio. Com a produção local nos Estados Unidos, a UN passará a apresentar melhores margens, que serão observados de forma gradual a partir do 2T23, chegando ao segundo semestre com uma contribuição expressiva para o Portobello Grupo. • O foco da Companhia em 2023 continua sendo na manutenção da Margem Bruta Ajustada e Recorrente em patamar similar ao apresentado em 2022, apesar da demanda mais restrita no contexto macroeconômico, compensada pela qualificação da mix de produtos e produtividade fabril, além da gestão rigorosa nas escolhas relativas a custos operacionais. • A expectativa da Companhia é que a Margem EBITDA Ajustada e Recorrente em 2023 se mantenha próxima ao patamar alcançado em 2022, mesmo com as pressões inflacionárias e ajustes no consumo no mercado doméstico. • O plano de investimentos (CapEx) de 2023 está estimado pela Companhia na magnitude de R\$ 380 milhões de efeito financeiro (R\$ 640 milhões de efeito contábil), dos quais por volta de 45% serão destinados a aquisição de equipamentos e infraestrutura para fábrica da Portobello America, cerca de 30% para os projetos estratégicos relacionados ao crescimento do varejo no Brasil e fortalecimento das iniciativas digitais da Portobello Shop, e aproximadamente 25% para os investimentos em atualização tecnológica e ampliação das plantas industriais das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. • Embora a gestão de Capital de Giro continue sendo uma prioridade para Companhia, a expectativa é que o Ciclo de Conversão de Caixa encerre o ano em patamar próximo ao de 2022. Os principais fatores para este aumento são estoques maiores para suportar melhores níveis de serviço de atendimento, incluindo as operações no exigente mercado dos EUA, e para administrar o balanço entre oferta e demanda. • A Companhia continua com sua forte disciplina na gestão financeira, foco na preservação da liquidez e austeridade nas escolhas de despesas e investimentos. A expectativa é que a relação Dívida Líquida/EBITDA LTM se mantenha em um patamar abaixo de 2,5 vezes o EBITDA Ajustado e Recorrente do ano, que é o limite máximo aprovado pelo Conselho de Administração. • Como principais riscos a sua operação ao longo do ano destacase a atenção às taxas de juros em níveis elevados afetando o consumo em bens duráveis e o consequente impacto no ambiente competitivo que podem comprometer as rentabilidades em nosso setor. • O cenário macroeconômico norte-americano ainda apresenta desafios devido a atual política de elevação das taxas de juros para redução de inflação e consequente redução do nível de atividade, em especial, do setor de construção civil. No entanto, continuamos confiantes com os diferenciais competitivos que estão sendo desenvolvidos na Portobello America, principalmente com o início da fábrica de Baxter.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Receita Líquida:** Em 2022 a Receita Líquida alcançou R\$ 2,2 bilhões, um crescimento de 14,9% vs. 2021. Este resultado é consequência de uma constante evolução estratégica promovida pela Companhia, que busca sempre alinhar a inovação à rentabilidade e geração de valor e, mesmo diante de cenários adversos, ainda é capaz de entregar resultados robustos. Desde resultado pode-se destacar (i) a qualificação e melhoria da mix de produtos; (ii) a ampliação da participação da Portobello Shop; (iii) maior participação no canal de engenharia e; (iv) ampliação da participação dos negócios internacionais (principalmente exportações da UN Portobello e distribuição nos Estados Unidos da Portobello America). No mercado interno, em 2022 a Receita Líquida apresentou crescimento de 11,4% em relação a 2021, atingindo R\$1,7 bilhão, enquanto o setor de materiais de construção apresentou uma retração de -6,9%, segundo dados deflacionados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). O setor de revestimentos cerâmicos, segundo dados da ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) apresentou redução de -17,7% em 2022 vs. 2021 nos volumes (em metros quadrados). No 4T22 a Receita Líquida do mercado doméstico apresentou queda de -4,2% vs. 4T21, atingindo R\$ 398 milhões no trimestre. Este resultado é consequência de um mercado extremamente pressionado por fatores políticos e econômicos, que deixaram consumidores em alerta a qualquer sinal que a equipe econômica do novo governo daria. Estes resultados demonstram que, apesar da redução no 4T22, o PBG segue performando acima do mercado, assim como em todos outros trimestres, demonstrando a resiliência do modelo estratégico adotado pela Companhia. No que diz respeito às vendas no mercado externo, a Companhia apresentou um expressivo crescimento de 27,8% em 2022 vs. 2021 (21,6% em dólares). Este resultado segue sendo impulsionado pelo avanço na estratégia de expansão internacional da Companhia, com evolução da operação da Portobello America (crescimento de 32,8% no ano) e o crescimento das exportações da UN Portobello (32,2% vs. 2021). No 4T22 a receita proveniente do mercado externo apresentou queda de -5,8% vs. 4T21 (-17,1% em dólares), com crescimento de 10,2% na Portobello America, porém impactado por uma redução de -15,1% nas exportações da UN Portobello. No 4T22 a Portobello America representou 9,3% do total da Receita Líquida do Portobello Grupo, com crescimento de 10,2% vs. 4T21. A Portobello Shop respondeu por 40,5%, com incremento de 17,3% vs. 4T21. A UN Portobello representou 41,3% do total da Receita Líquida, com queda de 9,9% vs. 4T21 e a participação da Pointer foi de 9,0%, com redução de -30,9% vs. 4T21. A distribuição das vendas entre os canais destaca a capacidade da Companhia na execução da estratégia de gestão entre canais. Destaque para as vendas no varejo, que participam em 36,5% do total de Receita Líquida do Grupo em 2022 vs. 32,8% em 2021, para as o canal de exportação manteve o patamar de 23,0% na receita, sendo 10,5% com as vendas realizadas pela Portobello America nos Estados Unidos e 12,6% para os outros mercados das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. A participação das vendas do canal Engenharia foi de 19,4% vs. 18,3% no ano anterior.

## LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 946 milhões em 2022, um crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior, com manutenção da Margem Bruta no patamar de 43,0%, em linha com 2021. No quarto trimestre, o Lucro Bruto Ajustado e Recorrente foi de R\$ 200 milhões no período, retração de -14,8% vs. 4T21. A Margem Bruta Ajustada e Recorrente também apresentou queda em relação ao 4T21, atingindo 40,3%, uma variação de -4,8 p.p. 4T21. A evolução dos custos, em decorrência da maior pressão inflacionária, não pôde ser adequadamente alocada através dos reajustes nos preços, uma vez que o mercado vinha apresentando desaceleração ao longo do ano.

## DESPESAS OPERACIONAIS

As Despesas Operacionais Ajustadas em 2022, quando analisadas como percentual da Receita Líquida, apresentaram aumento de 1,7 p.p. em relação a 2021 (+2,3 p.p. no 4T22 vs. 4T21). As maiores variações em termos absolutos ocorreram nas despesas com vendas, principalmente em função do crescimento da estrutura de vendas, absorvida nas aquisições realizadas e expansão da rede de Lojas Próprias, assim como pela estratégia de marketing adotada na Portobello America na fase pré-operacional da entrada da fábrica em operação, visando o ganho de escala no mercado norte-americano. No 4T22, as Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram variação de 2,0 p.p. na participação da Receita Líquida e 30,3% em valores

absolutos, em partes em decorrência do efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota de ICMS, reconhecido no 1T22. Nesta fase pré-operacional em que a Portobello América se encontra, a Companhia incorreu em despesas que na sua maior parte se caracterizam como pré-operacionais, sejam aquelas relativas à preparação do início da fábrica ou às atividades de vendas, marketing e demais áreas de apoio. Neste sentido, as despesas totais na Portobello América no 4T22 foram de R\$ 30,1 milhões e R\$ 93,9 milhões em 2022. Estas despesas fazem parte do planejamento estratégico da unidade e são consideradas, para fins gerenciais, parte do investimento do projeto, do qual é esperado retorno futuro. Também vale destaque as despesas geradas devido aos avanços da Portobello Shop, principalmente à expansão das lojas próprias. As despesas da UN Portobello Shop atingiram R\$ 301 milhões, R\$ 68 milhões a mais que em 2021. As Despesas com Vendas no 4T22 representaram 28,2% da Receita Líquida, um aumento de 4,7 p.p. vs. 4T21. Em termos absolutos, as Despesas com Vendas aumentaram 14,3% vs. 4T21 e, no acumulado do ano, cresceram 26,7% comparado ao ano anterior, grande parte devido à participação em feiras e eventos, como a Expo Revestir, Coverings (EUA) e a Cersaie (Itália), em que ano foram realizadas de forma presencial. As Despesas Gerais e Administrativas corresponderam a 5,1% da Receita Líquida no 4T22, aumento de 0,9 p.p. comparado ao 4T21. Em termos absolutos o crescimento foi de 15,7%. No ano, estas despesas representaram 4,1% da Receita Líquida (+1,0 p.p.) e apresentaram crescimento absoluto de 30,7%. Grande parte desta variação se deve aos investimentos na estrutura dos times das operações com maior crescimento, principalmente nas Unidades de Negócios Portobello America e Portobello Shop. Estes investimentos estão em linha com o planejamento estratégico da Companhia e devem ser suportados pelo crescimento esperado e as despesas devem ser diluídas proporcionalmente ao desenvolvimento das operações. As Outras Receitas e Despesas em 2022 referem-se principalmente ao provisionamento do Programa de Participação no Resultado (PPR) e do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), que totalizaram R\$ 13,9 milhões e provisões cíveis, trabalhistas e tributárias no valor de R\$ 4,7 milhões. Em 2022 as Despesas Operacionais foram impactadas positivamente pelo efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota, dado que foi considerada inconstitucional, no valor de R\$ 17,3 milhões.

## EBITDA

Mesmo frente aos desafios de mercado, a Companhia segue apresentando bons patamares de resultado operacional, em linha com sua estratégia, que, em 2023, passará a incorporar bons níveis de rentabilidade na Portobello America, cuja unidade fabril entrará em operação no 2T23. Este resultado demonstra a construção e otimização da equação entre desempenho de volume, flexibilização de preços, inovação e constante melhoria do mix de produtos, combinado com a disciplina na gestão de custos e despesas. O EBITDA Ajustado e Recorrente em 2022 foi de R\$ 386 milhões, um crescimento de 5,7% vs. 2021, resultando em uma Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 17,6%, -1,5 p.p. inferior a 2021, principalmente em decorrência ao maior patamar de despesas em relação à Receita Líquida, mas também impactado pelo resultado abaixo da média no 4T22 comparado aos outros trimestres. O EBITDA Ajustado e Recorrente no trimestre foi de R\$ 60,6 milhões (-37,1% vs. 4T21), com margem de 12,2%, sendo impactado pelos menores resultados de vendas e Margem Bruta. O valor de eventos não recorrentes de R\$ 6,9 milhões registrado no 4T22 é referente ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL, que foi considerada inconstitucional. No ano os valores reconhecidos como eventos não recorrentes foram de R\$ 19,9 milhões, sendo R\$ 17,3 milhões relacionado ao ganho fiscal da reversão da DIFAL e otimização tributária de COFINS, no valor de R\$ 3,0 milhões, parcialmente compensados pelo reconhecimento de outros ganhos judiciais na ordem de R\$ 0,3 milhão.

## LUCRO LÍQUIDO

A atual conjuntura macroeconômica do Brasil, com altas taxas de juros, fez com que as despesas financeiras da Companhia apresentassem aumento de 85,0% em 2022, sendo um ofensor do Lucro Líquido Ajustado e Recorrente no período, quando atingiu R\$ 137 milhões no ano, uma redução de -27,0% comparado a 2021. No 4T22, o Lucro Líquido Ajustado e Recorrente foi de R\$ 4,9 milhões, resultado de uma piora na performance operacional atrelado aos fatores econômicos observados ao longo do ano. No 4T22 o Lucro Líquido foi impactado positivamente pelo efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota, que foi considerada inconstitucional, no valor de R\$ 4,9 milhões, parcialmente compensado pela incidência de R\$ 3,3 milhões referente ao IR/CSLL.

## FLUXO DE CAIXA

A Companhia encerrou o ano com posição de caixa de R\$ 256 milhões, um aumento de R\$ 66,4 milhões vs. 2021. A variação no saldo final de caixa ocorreu em decorrência do menor nível de desembolso nas atividades de financiamento realizado no período, com menores amortizações no período em decorrência da gestão eficiente do caixa e calendarização da dívida. O saldo está em linha com a estratégia de gestão adotada pela Companhia. Adicionalmente, em julho de 2022 foram recebidos recursos relativos ao resgate de depósitos dados em garantia, no valor de R\$ 58,3 milhões. Em 2022 os valores levantados totalizaram R\$ 93,8 milhões, que impactaram positivamente a linha de atividades operacionais, referente a: (i) cédulas de crédito rural, no valor de R\$ 20,3 milhões; (ii) resgate de depósitos dados em garantia no valor de R\$ 73,5 milhões. As atividades operacionais da Companhia geraram um caixa de R\$ 227 milhões em 2022, impulsionadas pelas bons patamares de EBITDA, porém foram impactadas pela variação no capital de giro, principalmente o aumento dos níveis de estoque. As atividades de investimentos da Companhia foram de R\$ 206 milhões em 2022, destinados principalmente a expansão da rede de lojas próprias da Portobello Shop, aos investimentos na nova fábrica da Portobello America, ao CapEx destinado à planta de Tijuca-SC, com a atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores. Adicionalmente, no 1T22 houve impacto positivo no valor de USD 11,8 milhões (R\$ 55,8 milhões) nas atividades de investimento em decorrência do reconhecimento da venda de ativos, especificamente o terreno no Tennessee pelo valor de R\$ 18,1 milhões, e o reembolso feito pela Oak Street por investimentos realizados na construção da nova fábrica no valor de R\$ 37,6 milhões na operação de BIS fechada em março de 2022. As atividades de financiamento resultaram em um efeito positivo de R\$ 45,3 milhões no ano, em decorrência das captações realizadas que totalizaram R\$ 192 milhões e ao melhor perfil da dívida, com alongamento dos prazos. O pagamento de empréstimos e financiamentos totalizou um montante de R\$ 12,6 milhões no período. No mês de setembro foi pago aos acionistas o valor de R\$ 43,3 milhões a título de dividendos antecipados.

## CAPITAL DE GIRO

O Capital de Giro da Companhia apresentou redução no 4T22 totalizando um valor de R\$ 318 milhões, R\$ 56,1 milhões abaixo do 3T22 (-15,0%). O Ciclo de Conversão de Caixa no 4T22 foi de 57 dias, aumento de 10 dias comparado ao 3T22, com melhoras nos prazos da carteira de recebíveis, porém prejudicado pelo aumento nos prazos de estoques. Comparado ao 4T21 a

variação no Capital de Giro foi de R\$ 47,5 milhões e 25 dias no Ciclo de Conversão de Caixa. Grande parte da variação dos Estoques aconteceu em função da desaceleração do mercado de construção civil, principalmente nas regiões Norte/Nordeste, que impactou principalmente a Pointer, mas também em função da melhoria do nível de serviço de atendimento a clientes do varejo e do mercado norte americano.

## INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 401 milhões, sendo que 33,7% foram destinados ao projeto da nova fábrica da Portobello America, 29,9% foram destinados aos investimentos em lojas próprias, 21,4% foram destinados à planta de Tijuca-SC e o restante para projetos comerciais e corporativos e para a unidade industrial de Marechal Deodoro-AL. Os investimentos realizados em lojas próprias em 2022 foram referentes, em grande parte, à aquisição das lojas anunciadas pela Companhia nos meses de março (Pacaembu e Gabriel) e julho (Balneário Camboriú, Tijuca e São José), além da inauguração de novas lojas que ocorreram ao longo do ano. Os investimentos realizados na Portobello America são, em grande parte, relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos para a fase 1 da nova fábrica, que deverá entrar em operação no segundo trimestre de 2023. A planta, quando concluída, será uma das fábricas de revestimentos cerâmicos mais modernas dos Estados Unidos, contando com tecnologia de ponta em todas as suas instalações. O investimento total destas aquisições de equipamentos será de aproximadamente USD 40 milhões.

## ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

A Dívida Líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 630 milhões, aumento de R\$ 53,5 milhões vs. 2021. Comparado ao 3T22 houve um aumento de R\$ 46,2 milhões em função dos investimentos de capital de giro e CapEx. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses para R\$ 396 milhões e a disciplina na gestão financeira, cujo foco está na constante otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultaram na manutenção da alavancagem financeira em 1,6 vez o EBITDA Ajustado e Recorrente, mantido próximo a ao menor patamar de endividamento já alcançado pela Companhia. Em 2022 foram amortizados R\$ 74,8 milhões de Dívida Bancária contratada. As captações totalizaram R\$ 192 milhões. Ao final de 2022 foram atingidas todas as exigências contratuais (covenants) relativas ao índice de alavancagem, que poderiam provocar o vencimento antecipado de contratos de financiamento e das Debêntures. Abaixo é apresentado o cronograma de amortização (Dívida Bancária Bruta): A Dívida Bancária Bruta com vencimento no curto prazo representa 18,8% do total, uma redução de 1,2 p.p. em relação ao 3T22. O restante da dívida tem vencimento no longo prazo, como apresentado no cronograma de amortização acima. A Dívida Bancária Bruta é na sua grande maioria (89,4%) em moeda nacional. O custo total médio da Dívida Bancária é de 13,26% a.a. e o prazo médio é de 4,7 anos, vs. 4,4 em 2021. Este perfil de dívida proporciona maior flexibilidade para a Companhia desenvolver seu plano estratégico focado no crescimento do varejo no Brasil e negócios internacionais, principalmente nos EUA através da Portobello America.

## DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações negociadas no código PTBL3, encerraram o pregão de 30 de dezembro de 2022 cotadas a R\$ 8,23, apresentando desvalorização de -14,6% quando comparado ao fechamento de 2021 (cotação R\$ 9,64). O volume financeiro médio diário negociado (ADTV, na sigla em inglês) no 4T22 foi de R\$ 14,8 milhões. Ao final de 2022, a Companhia apresentava valor de mercado equivalente a R\$ 1.160 milhões.

## AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Companhia em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve perder seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar para seu cliente.

## ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Estatutária	
Mauro do Valle Pereira - Diretor Presidente	
John Shojiro Suzuki - Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores	
Edson Luiz Mees Stringari - Diretor Vice-Presidente Jurídico e Compliance	
Conselho de Administração	
Nome	Membro
César Gomes Júnior	Presidente do Conselho
Claudio Ávila da Silva	Vice-Presidente do Conselho
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Glaucio José Corte	Conselheiro Independente
Geraldo Luciano Mattos Junior	Conselheiro Independente
Walter Roberto de Oliveira Longo	Conselheiro Independente
Marcos Gouvêa de Souza	Conselheiro Independente

## Conselho Fiscal

Jorge Muller  
Maro Marcos Hadlich Filho  
Carlos Eduardo Zoppello Brennard

## Contador

Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann  
CRC 029044-O

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia realizou a adequação às exigências ao regulamento do Novo Mercado, com relação aos órgãos de fiscalização e controle, entre eles a criação do Comitê de Auditoria e das áreas de Compliance e Auditoria Interna, além da área de Controles Internos. Também foram aprovadas recentemente novas políticas, visando o aprimoramento da Governança Corporativa e a adequação às novas exigências do regulamento do Novo Mercado. São elas: (i) Política de Remuneração; (ii) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária; (iii) Política de Transações com Partes Relacionadas; (iv) Política de Gestão de Riscos; (v) Revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários. Todas as políticas estão disponíveis nos sites da B3, CVM e da Companhia (<https://ri.portobello.com.br/>). Seguem abaixo os principais pontos relativos à Governança Corporativa na Portobello: • Ações listadas no Novo Mercado da B3; • Apenas ações ordinárias em circulação, ou seja, cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas; • Tag-Along de 100%; • Quatro membros independentes no Conselho de Administração; • Política de dividendos mínimo correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Acordo de Acionistas; • Comitê Independente de Auditoria; • Área de Controles Internos; • Políticas citadas acima. Endereço eletrônico para encaminhamento de assuntos referente à governança corporativa para alta direção [ari@portobello.com.br](mailto:ari@portobello.com.br).

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPLETAS EXAMINADAS PELA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES SE ENCONTRAM NO SITE WWW.PORTOBELLO.COM.BR/RI.

www.portobello.com.br

PREFEITURA MUNICIPALDE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 128/2022

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005 torna público para conhecimento dos interessados, que, o edital em epígrafe, sofreu alteração, no edital:

**ONDE SE LÊ:** Item 01 "assento em tecido ou couro sintético com suspensão a ar sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima de 4.300 mm, sistema de carregamento frontal equipado com 2 cilindros de basculamento, sistema de freio de acionamento de segurança totalmente independente do sistema de freio de serviço (a disco seco), sistema de freio estacionário elétrico."

**LEIA-SE:** "assento em tecido ou couro sintético com suspensão a ar ou mecânica, sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima de 4.300 mm, sistema de carregamento frontal equipado com 2 cilindros de basculamento, sistema de freio de acionamento de segurança totalmente independente do sistema de freio de serviço (a disco seco), sistema de freio estacionário elétrico ou mecânico."

Os demais itens permanecem inalterados. A data do certame fica para 11/04/2023 às 09:00h. O Edital encontra-se disponível no site [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br) e diariomunicipal.sc.gov.br São Francisco do Sul, 28 de MARÇO de 2023. CARLOS ROBERTO NUNES - Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL  
ORDINARIA

O Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina – SINDIFISCO/SC, de acordo com o disposto nos artigos 7º, incisos I e II; 10, § 1º, inciso I; 11, inciso V; 12, inciso I; 13, inciso I; 14; 16 e 17 do Estatuto, convoca os filiados em dia com suas obrigações estatutárias para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 12 de abril de 2023 (quarta-feira), às 14:00 horas, na sede do SINDIFISCO/SC, em primeira convocação com a presença mínima de filiados que representem maioria absoluta e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, de qualquer número, com a finalidade de apreciar e deliberar sobre a prestação de contas anual e o relatório anual das atividades da diretoria, ano 2022 (artigos 11, inciso V, 12, inciso I, do Estatuto).

Florianópolis, 29 de março de 2023.

José Antônio Farenzena

Presidente



**CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023 – SRP – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**  
**ESTA LICITAÇÃO É DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**  
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando selecionar proposta para eventual FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A RÁDIO C MARA E EQUIPAMENTO DE CFTV PARA A C MARA DE VEREADORES DE JOINVILLE.**

Local/Data: Avenida Hermann August Lepper, 1.100, Joinville/SC – 11/04/2023, às 14 horas.  
Edital/Informações: site [www.camara.joinville.br](http://www.camara.joinville.br), pelo e-mail [licita@cvj.sc.gov.br](mailto:licita@cvj.sc.gov.br) ou na Divisão de Compras e Licitações no endereço acima das 13h às 19h - telefone (47) 2101-3290.  
Código de registro no TCE/SC: DF862D9F03023CEE6024D3EA44A235010913F9B6.  
Joinville, 29 de março de 2023.  
Diego Machado  
Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville/SC



#### Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas realizará licitação na modalidade Concorrência nº 027/2023-FMS, destinada a "SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA SÃO CRISTÓVÃO". Protocolo até às 13:50 horas do dia 28 de abril de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 28 de março de 2023.  
Jader Adriel Danielli – Secretário de Saúde - ID/TCE: FEBA17DC3A0E6C313E181CEA4B2451B841BEB6D



#### Aviso De Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 18 de abril de 2023, às 14:00 horas realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 094/2023-SRP, destinada a "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DAR CONTINUIDADE NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS OFERECIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL". Protocolo até às 13:50 horas do dia 18 de abril de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 28 de março de 2023. Elisiani Schmidt Sanches – Secretária de Assistência Social - ID/TCE: 78A349AE6E9896A3AD23DE319474D564DB16D57B



#### Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 13 de abril de 2023, às 14:00 horas realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 026/2023 - FMS, destinada a "Contratação de empresa para transporte de material biológico das Unidades de Saúde para o Laboratório Municipal e Hospital Regional do Oeste". Protocolo até às 13:50 horas do dia 13 de abril de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49-3321-8462. Chapecó, 28 de março de 2023. Jader Adriel Danielli - Secretário Municipal de Saúde ID TCE/SC: 5428A8E00C8CFC162A032040483C7F1460FAE65



#### Aviso De Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 17 de abril de 2023, às 14:00 horas realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 089/2023-SRP, destinada a "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS OFERECIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL". Protocolo até às 13:50 horas do dia 17 de abril de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 28 de março de 2023. Elisiani Schmidt Sanches – Secretária de Assistência Social - ID/TCE: 6C48CFDA9DC62124B6F31F787C9CAB63528623



#### Aviso De Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 13 de abril de 2023, às 15:00 horas realizará licitação na modalidade Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia Nº 092/2023, destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS". Protocolo até às 14:50 horas do dia 13 de abril de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 28 de março de 2023. Valmor Junior Scolari – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - ID/TCE: 3D1C35D19962533F50C04C6B22912153E985A706

#### AVISO DE LICITAÇÃO – FORQUILHINHA/SC

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 45/PMF/2023. OBJETIVO: REGISTRAR PREÇO para aquisição de peças de reposição e prestação de serviços especializados na manutenção dos eletrodomésticos, das diversas secretarias, Fundos e Fundações do Município de Forquilha/SC. ABERTURA: 19/04/2023 às 09:00 horas. EDITAL completo disponível em <http://www.forquilha.sc.gov.br/>. Forquilha, 28 de março de 2023. NELI SEHNEM DOS SANTOS - Pregoeira

#### AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

Pregão Presencial Nº. 46/PMF/2023. Objetivo: Registrar preços para aquisição de aduelas de concreto, para execução da Macrodrenagem do bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC. Abertura: 19/04/2023 às 14:00h. Edital completo e demais esclarecimentos: <http://www.forquilha.sc.gov.br/>. Forquilha, 28 de março de 2023. NELI SEHNEM DOS SANTOS – Pregoeira.

#### FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, no uso de suas atribuições legais, INTIMA a empresa LIBMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ sob Nº 29.684.\*\*\*0001-\*\*, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2022, por meio de sua representante legal, a Sra. FABIANA DA FONSECA DOS SANTOS, que se encontra em local incerto e não sabido, da Decisão decorrente do processo supracitado, lavrado em seu desfavor, com base na Lei 8.666/93, art. 87, inciso II, assim como na Ata de Registro de Preços, Cláusula XI, alínea b, pela aplicação da sanção de impedimento de participar de licitações com o Município, no prazo de 05 (cinco) anos, restando a Ata de Registro de Preços Nº 101/2022 RESCINDIDA. Faculta-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação desta decisão, restando caracterizado o direito ao contraditório e ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil.

Tubarão-SC, 28 de março de 2023.  
Daisson José Trevisol  
Diretor-Presidente da FMS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

Ficam pelo presente Edital convocadas todas as empresas ligadas à categoria econômica, associadas ou não ao SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÉUTICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se às 10h, em primeira convocação, do dia 03 de abril (segunda-feira) de 2023, por meio da plataforma virtual google meet, cujo acesso deverá ser solicitado pelo e-mail [sindicatos.secretaria@acj.com.br](mailto:sindicatos.secretaria@acj.com.br) até a data e horário que antecede o início da Assembleia Geral Extraordinária.  
Na ausência de "Quorum" legal de acessos on-line, a Assembleia se realizará em segunda convocação às 10h30 do mesmo dia e no mesmo ambiente virtual deliberando então com qualquer número de presentes, sendo a seguinte:

#### "ORDEM DO DIA":

- Tomar conhecimento das reivindicações das Entidades Sindicais Laborais (Sindicatos e Federação), para renovação das Convenções Coletivas de Trabalho para o período de 2023/2024;
- Delegação de poderes à Diretoria e nomeação de comissão(ões) de negociadores para discussão e realização das Convenções Coletivas de Trabalho para o período de 2023/2024, com os Sindicatos e Federação Laborais, e/ou com outros Sindicatos representativos de categorias profissionais diferenciadas e liberais, ou ainda, quando for o caso, para a instauração e/ou contestação de processo(s) de dissídio(s) coletivos;
- Tomar conhecimento dos critérios adotados com relação ao preceito previsto no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal (Contribuição Confederativa Patronal), para a sua instituição e/ou ratificação.  
Joinville, 29 de março de 2023.  
Ney Osvaldo Silva Filho – Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Rua José da Costa Moellmann, 197 – Bairro: Centro – CEP 88020-17 – Fone: (48)3287-6900 – Email: [capital.sucessoes@tjsc.com.br](mailto:capital.sucessoes@tjsc.com.br) USUCAPÍO Nº 0304230-60.2018.8.24.0091/SC AUTOR: GEOVÂNIO BERNDT AUTOR: TÂNIA INES KRETZER BERNDT EDITAL PLATAFORMA JUIZ DO PROCESSO: ERICA LOURENÇO DE LIMA FERREIRA – Juiz(a) de Direito CITANDO(A)(S): Alienantes, confinantes e seus cônjuges, réus em lugar incerto e eventuais interessados. PRAZO DO EDITAL: 20 (Vinte) dias OBJETO: Descrição do(s) Bem(ns): Levantamento topográfico planimétrico de um terreno com área 383,06 m<sup>2</sup>, inscrito no cadastro imobiliário da PMF sob o nº 2471084.1793.001-785, situado na Serv. Atoba, 255, distante 255,00 metros da Rua dos Tubarões, bairro Ingleses, município de Florianópolis – SC, com as seguintes medidas, ângulos internos, confrontações e coordenadas UTM DATUM SIRGAS 2000: Frente ao Norte: medindo 11,70 metros, indo do vértice entre "1" ao "2", formando um ângulo de 90° 23' 22" no vértice "1", com coordenadas UTM N=6961296.035 e E=0758638.884, confrontando com a Serv. Atoba; Lateral Direita ao Leste: medindo 32,87 metros, indo do vértice "2" ao "3", formando um ângulo 89° 36' 31" no vértice "2", com coordenadas UTM N6961294.113 e E=0758650.425, confrontando com Ricardo e Oliveira e Rose Bonfilded de Oliveira; Fundos ao Sul: medindo 11,70 metros, indo do vértice "3" ao "4", formando um ângulo de 89° 10' 10" no vértice "3", com coordenadas UTM N = 6961261.730 e E0758644.802, confrontando com a Serv. Beija-Flor Vermelha; Lateral Esquerda ao Oeste: medindo 32,62 metros, indo do vértice "4" ao "1", formando um ângulo de 90° 49' 56" no vértice "4", com coordenadas UTM N6961263.899 e E=0758633.305, confrontando com terras de Zahr Ahmad Salim Saleem de Amorim, Obs: As coordenadas dos vértices do terreno foram Georeferenciadas pelo GPS Geodésico L1 – L2, marca Espectra Precision Modelo Epoch 50. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) for(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos da ação de USUCAPÍO 03042306020188240091, requerida por GEOVÂNIO BERNDT, CPF nº 55128769968, e CITADA(S) para responder à ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 01 (uma) vez no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), e também em jornal local, esta que deverá ser feita 01 (uma) vez e providenciada pela parte (art. 257, parágrafo único, do CPC).

#### AVISO DE INTIMAÇÃO

O Município de Joinville leva ao conhecimento dos interessados o Ofício n. 0016160016/2023 - SAP. UPA.AAJ, intimando a empresa Elysée Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ nº 01.639.658/0001-00) para interposição de recurso administrativo, referente ao Processo Administrativo SEI nº 17.0.026085-2, instaurado para apuração de eventual existência de dívida para com a empresa Elysée Viagens e Turismo, e eventuais créditos devidos pela empresa ao Município de Joinville, referente ao Contrato nº 003/2010. Dessa forma, a empresa poderá interpor recurso administrativo no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da presente intimação. As correspondências poderão ser encaminhadas por meio de endereço eletrônico ([sap.upa@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upa@joinville.sc.gov.br)) ou protocoladas na Secretaria de Administração e Planejamento, sito à Avenida Hermann August Lepper, 10, Centro, CEP 89221-005 - Joinville/SC.  
Dayane Mebs - Presidente da Comissão de Acompanhamento e Julgamento

#### CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98 - NIRE nº 42300050831 - Companhia Fechada

#### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2023

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 02 de março de 2023, às 13h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Silvio Burigo, nº 555, bairro Oficinas, CEP 88.702-500, Tubarão/SC. **2. PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a doação ao Instituto CCR ("ICCR"); (ii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) examinar e opinar sobre: (iii.a) a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (iii.b) o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, com prazo de duração de 1 (um) ano; e (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: (i) aprovar a doação ao Instituto CCR, na condição de Associada, referente ao orçamento anual de 2023, visando a realização de suas atividades de responsabilidade social, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; (ii) manifestar-se favoravelmente (ii.a) ao relatório da administração, às contas apresentadas pela Diretoria e às demonstrações financeiras anuais da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; (ii.b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii.c) à proposta de orçamento de capital para o exercício de 2023, com prazo de duração de 1 (um) ano; e (iii) aprovaram a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 12 de abril de 2023, às 11h00; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Tubarão/SC, 02 de março de 2023. **Assinaturas:** Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros:** (1) Eduardo Siqueira Moraes Camargo; (2) Pedro Paulo Archer Sutter; e (3) Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil; Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. JUCESC nº 20230778496 em 21.03.2023 e protocolo 230778496 de 17.03.2023. Luciano Leite Kowalski - Secretário Geral em exercício.

#### Neumarkt Trade And Financial Center S.A.

CNPJ 00.192.769/0001-59

#### Editais de Convocação

O Conselho de Administração, representado por seu presidente, Sr. Anderson Bispo de Camargo Rocha, com fundamento no Estatuto Social, na Lei 6.404/1976 e Lei 10.303/2001, convoca todos os acionistas da Neumarkt Trade And Financial Center S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Sete de Setembro, nº 1.213, sobreloja, Centro, Blumenau/SC, no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; b) Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; c) Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2023. Blumenau/SC, 27 de março de 2023. **Anderson Bispo de Camargo Rocha** - Presidente do Conselho de Administração.

#### MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023

O Município de Tubarão/SC, situado à Rua Felipe Schmidt, nº 108, Centro, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, visando a contratação de empresa para construção de cabeceiras de pedra granítica em ponte na Avenida Nicolau Manoel da Silva, Estrada Geral Caruru, no município de Tubarão – SC, para apoio de painel alveolar protendido, denominado Kit Transposição, fornecidos pela Secretaria de Estado da Defesa Civil, com dimensões de 6,25 m x 10,00 m.

Início da Sessão Pública da Tomada de Preços: 14:00 do dia 18/04/2023.  
A entrega dos envelopes será até as 19:00 do dia 17/04/2023 no Departamento de Licitações e Contratos. O edital está disponível no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13 às 19 horas, ou pelo site [www.tubarao.sc.gov.br](http://www.tubarao.sc.gov.br). Código de registro TCE/SC 482823D41EDF95343611E69A925EF4300728401D

Tubarão-SC, 28 de março de 2023.

Gelson José Bento  
Prefeito Interino



#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina – SINDIFISCO, observadas às disposições estatutárias, artigo 7º, incisos I e II; 10, § 1º, inciso I; 11, inciso IX e; 13, inciso I; Artigos 14; 15 e Art. 16, incisos I e II, do Estatuto, convoca os filiados em dia com suas obrigações estatutárias para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede do Sindifisco, localizada na Avenida Trompowsky, n. 291, Sala 1203, Torre II, Edifício Trompowsky Corporate, Centro, Florianópolis – SC, CEP: 88015-300, no dia 12 de abril de 2023 (quarta-feira), às 12h em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos filiados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presenças, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: I. alteração no fundo de mobilização; II. autorização para aquisição e/ou alienação de bens imóveis, nos termos definidos nesse edital.

#### ORDEM DO DIA I - FUNDO DE MOBILIZAÇÃO

- autorização para unificar o percentual de contribuição do fundo de mobilização ao percentual de contribuição mensal ordinária dos associados, mantendo-se o valor e percentual total de contribuição atualmente descontado dos filiados.
- autorização para utilizar o saldo existente no fundo de mobilização para custeio de despesas correntes do Sindifisco;
- autorização para unificar as contas bancárias do fundo de mobilização com as demais contas;
- autorização para extinguir o fundo de mobilização criado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15/05/1993;

#### ORDEM DO DIA II - AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E/OU ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL

a) autorização para aquisição e/ou alienação de bem imóvel, à juízo de conveniência e oportunidade da Diretoria Executiva, correspondendo a vaga(s) de garagem no prédio onde se localiza a sede do Sindifisco. Florianópolis, 29 de março de 2023.

José Antônio Farenzena  
Presidente

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina – SINDIFISCO, em cumprimento às disposições estatutárias, artigo 7º, incisos I e II; 10, § 1º, inciso I; 11, inciso II; 13, inciso I; 14; 15 e 16 do Estatuto, convoca os filiados em dia com suas obrigações estatutárias para a **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 12 de abril de 2023 (quarta-feira), às 10h, em primeira convocação, com a presença mínima de filiados que representem maioria absoluta e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, de qualquer número, para deliberarem nos termos definidos nesse edital, a respeito da seguinte ordem do dia: a) alteração estatutária.

**ORDEM DO DIA A: ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

O presente Edital convoca os filiados do Sindifisco para votarem pela alteração da redação dos artigos 6º, inciso V; 11, inciso I; 29, inciso XI; e 54, bem como pela criação do artigo 58-A, todos do Estatuto do Sindifisco, conforme quadro abaixo:

Redação atual a ser alterada	Nova Redação	Justificativa
Art. 6º (...) ... V – for aplicada penalidade de exclusão prevista no Capítulo VII deste estatuto. (...)	Art. 6º (...) ... V – for aplicada penalidade de exclusão prevista no art. 62, inciso IV deste estatuto. (...)	Simples ajuste de redação com erro de referência.
Art. 11 Compete privativamente à Assembleia Geral: I – eleger, por escrutínio secreto, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; (...)	Art. 11 Compete privativamente à Assembleia Geral: I – eleger, por escrutínio secreto ou, no caso do art. 58-A, por aclamação, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; (...)	Ajuste de redação por conta do novo art. 58-A
Art. 29 Compete ao presidente do Sindifisco/SC: (...) XI - autorizar aplicações financeiras de renda fixa em estabelecimento bancário com registro no Banco Central, desde que atendidas as seguintes condições: 1. o valor, por aplicação, fica limitado ao valor garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC, ou outro que venha a substituí-lo; e 2. 50% (cinquenta por cento) do valor total aplicado deve ter liquidez e possibilidade de resgate em até 03 (três) dias úteis.	Art. 29 Compete ao presidente do Sindifisco/SC: (...) XI - autorizar aplicações financeiras exclusivamente em fundos e títulos de renda fixa, em estabelecimento bancário com registro no Banco Central, desde que 25% (vinte e cinco por cento) do valor total aplicado tenha liquidez e possibilidade de resgate em até 03 (três) dias úteis, e que o valor, por aplicação, sempre quando possível, fique limitado ao valor garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC, ou outro que venha a substituí-lo;	Ajuste de redação à realidade do mercado financeiro atual e adequação do percentual, possibilitando melhor retorno financeiro às aplicações do Sindifisco.
Art. 54 O mandato para os cargos eletivos do Sindicato será de 3 (três) anos, e terá início com a efetiva posse dos eleitos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo.	Art. 54 O mandato para os cargos eletivos do Sindicato será de 3 (três) anos, e terá início com a efetiva posse dos eleitos, permitida, de forma consecutiva, uma reeleição para o mesmo cargo.	Não há clareza se a reeleição para o mesmo cargo é consecutiva ou alternada. A redação torna o artigo esclarecedor.
Artigo novo	Art. 58-A- Havendo uma única chapa e estando regularmente inscrita para concorrer à eleição da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, a eleição ocorre por aclamação na data da realização da Assembleia Geral Eleitoral, desde que comunicada previamente a forma aos filiados. Parágrafo Único. Em não ocorrendo a aclamação, será retomado o processo eleitoral por meio eletrônico e correio, a ser encerrado em até 30 dias.	Criação da eleição por aclamação, cujo objetivo é simplificar o processo eleitoral e reduzir os custos quando há apenas uma chapa concorrendo.

**TIPO DE VOTAÇÃO. LOCAL E DATA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO. LOCAL DE AFIXAÇÃO DO EDITAL**

**TIPO DE VOTAÇÃO:** A votação será PRESENCIAL nos termos do artigo 10, § 1º, inciso I do Estatuto, por meio de cédula própria, que conterá três opções: [ ] SIM. Aprova a alteração; [ ] NÃO. Não aprova a alteração; e [ ] ABSTENÇÃO.

**DATA E HORÁRIO DE VOTAÇÃO:** Dia 12 de abril de 2023 (quarta-feira), das 10h00m até 11h00min.

**DATA E HORÁRIO DE APURAÇÃO:** Dia 12 de abril de 2023 (quarta-feira), das 11h00m até 12h00min.

**DO LOCAL DE AFIXAÇÃO DESTA EDITAL:** O presente Edital será publicado em jornal de grande circulação no Estado de Santa Catarina, afixado na sede do SINDIFISCO e divulgado no sítio eletrônico do Sindifisco, nos termos do artigo 14 do Estatuto.

**LOCAL DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS:** Sede do Sindifisco. Avenida Trompowsky, n. 291, Sala 1203, Torre II, Edifício Trompowsky Corporate, Centro, Florianópolis – SC, CEP: 88015-300.

Florianópolis, 29 de março de 2023.  
José Antônio Farenzena  
Presidente

**SNB Participações S.A.**  
CNPJ 73.903.718/0001-61  
**Edital de Convocação**

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra. Heloisa Helena Kretzer de Almeida, com fundamento no Estatuto Social, na Lei 6.404/1976 e Lei 10.303/2001, convoca todos os acionistas da SNB PARTICIPAÇÕES S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Sete de Setembro, nº 1.213, sobreloja, Centro, Blumenau/SC, no dia 28 de abril de 2023 às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2022; b) Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; c) Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2023. Blumenau/SC, 27 de março de 2023.  
**Heloisa Helena Kretzer de Almeida** - Presidente do Conselho de Administração.

PARA ANUNCIAR LIGUE

**48 3212 4127**

**48 99127 3939**

---

MANDE E-MAIL:  
**publicidadelegal@ndmais.com.br**